

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**



JOSÉ RIBAMAR SÁ DA SILVA JUNIOR

**O TRABALHADOR INFORMAL E A ATUAÇÃO DO CHOQUE DE
ORDEM NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**Rio de Janeiro
2014**

JOSÉ RIBAMAR SÁ DA SILVA JUNIOR

**O TRABALHADOR INFORMAL E A ATUAÇÃO DO CHOQUE DE
ORDEM NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à universidade Federal do Rio
de Janeiro como pré-requisito para
obtenção do Bacharelado em serviço Social,
orientado pela professora Ilma Rezende.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ilma Rezende (orientadora)
Prof^a. Rosemere Maia
Prof^a. Cleusa Santos

**Rio De Janeiro
2014**

DEDICATÓRIA

A Deus, ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine, - 1 Coríntios 13:1

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus por me guiar em todos os momentos da minha vida, não me desamparando, inclusive em mais uma etapa da minha jornada.

À minha avó Benedita, exemplo de vida.

Aos meus pais que por mais longe que estejam, estão sempre presente em meu coração, e por me apoiarem, obrigado por todo amor e carinho.

Aos meus irmãos Josemar, Guilherme, André, Mônica, Rizelda, Gean e George, estes que sempre torceram por mim.

Aos meus amigos de infância do bairro Alemanha, São Luís-MA, Dino, Hugo, Anderson, Marconi, Fernando, Diego, Cosme, Patrício, Jocimar, Niro, Ricardo, Ivan, Paulinho, Márcio, Jerri, Mica, Ayrton Valle, Beethoven, Claudio, Elson, Eliezer, Vaguinho, Junior, Marlon, Wendel, que sempre me apoiaram.

A minha companheira Juliana por uma cumplicidade amorosa e engraçada que desenvolvemos. Obrigado pelas coisas simples que gostamos de compartilhar, estamos juntos.

A minha supervisora do meu estágio Marta Braga, que com sua generosidade, me ajudou muito neste trabalho.

A minha querida orientadora, professora Ilma Rezende por ter aceitado o convite pra orientar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e ter confiado na minha capacidade. No decorrer desses cinco anos aprendi muito com ela, e também por suas valiosas contribuições acadêmicas como professora e pesquisadora, sobretudo pela pessoa franca que é

Às professoras Rosemere Maia e Cleusa Santos por terem aceitado o convite para fazerem parte da minha banca de defesa de TCC, pois tive experiências que contribuíram para minha formação cada uma com suas particularidades, como pessoas e profissionais.

Aos diversos companheiros da Escola de Serviço Social - Helena, Jussandra, Jorge, Deise, Sidney, Gustavo, Carol, Priscila, Larissa, Claudia, Luana, Júlia, Charles, Virgínia, Eduardo, Amanda, Fabiano, Juarez, que estiveram ao meu lado durante o período da minha formação

RESUMO

SILVA JÚNIOR, José Ribamar Sá da. **O trabalhador informal e a atuação do choque de ordem no município do Rio de Janeiro.** Monografia de conclusão de curso. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto: A abordagem feita pela guarda municipal a partir da política pública de Choque de Ordem, da prefeitura do Rio de Janeiro em relação aos trabalhadores informais no bairro de Copacabana. Como hipótese: A Política de Segurança Pública da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP) do governo Eduardo Paes, intensifica suas ações quando da realização de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, configurando-se como uma ação de “limpeza urbana”. Como **objetivo geral:** Investigar a forma de abordagem dos agentes da Guarda municipal e os fiscais do Choque de Ordem junto aos trabalhadores informais de Copacabana e os **objetivos específicos:** 1) Refletir sobre como está sendo desenvolvida a atuação da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), por meio da política de Choque de Ordem: 2) Fornecer elementos para que pensar sobre uma melhor formação da Guarda Municipal, tendo em vista futuras mudanças no modo de agir para com os trabalhadores informais em geral. No campo da política de segurança, especificamente a política de Choque de Ordem. O procedimento metodológico utilizado além da pesquisa bibliográfica foi a pesquisa empírica com os trabalhadores informais do bairro de Copacabana. O estudo do objeto da pesquisa resultou no presente trabalho de conclusão de curso II (TCCII), ora apresentado em três capítulos. No primeiro capítulo

apresenta-se a Política Pública de Segurança do Município do Rio de Janeiro, denominada Choque de Ordem. No segundo capítulo, contextualiza-se e problematizam-se as diretrizes do Código de Posturas do Município do Rio de Janeiro, a Legislação e a forma de atuação do Choque de Ordem. No terceiro capítulo, discutem-se as questões levantadas nos dois primeiros capítulos e já problematizadas, articulando-as com os dados coletados através da realização das entrevistas com perguntas semiestruturadas, permitindo que o entrevistado responda de maneira espontânea as perguntas.

Palavras-chave: Trabalhador Informal - Choque de Ordem – Megaeventos – abordagem violenta.

LISTA DE SIGLAS

SEOP	Secretaria Especial de Ordem Pública
ESS/UFRJ	Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
PIS	Programa de Integração Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
GM	Guarda Municipal
EMV	Empresa Municipal de Vigilância
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
IGMS	Inspetorias da Guarda Municipal
GOE	Grupamento de Operações Especiais
GAT	Grupamento de Apoio ao Turista
GRE	Grupamento de Ronda Escolar
GCG	Grupamento de Cães de Guarda
GTM	Grupamento Tático Móvel
GDA	Grupamento de Defesa Ambiental
GEP	Grupamento Especial de Praia
1º GET	Grupamento Especial de Trânsito
2º GET	Grupamento Especial de Trânsito
3º GET	Grupamento Especial de Trânsito
UOPS	Unidades de Ordem pública
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina

ONU	Organização das Nações Unidas IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CLF	Companhia de Licenciamento e Fiscalização
CFER	Companhia de Fiscalização de Estacionamento e Reboque
CCU	Companhia de Controle Urbano
PMOP	Plano Nacional de Ordem pública
ANPUR	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 TRABALHO INFORMAL E OS ENFRENTAMENTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	16
2.1 A Informalidade na Discussão Acadêmica no Curso Serviço Social.....	16
2.2 A Política Pública de Segurança do Município do Rio de Janeiro.....	18
2.3 Breve crítica à Política de Choque de Ordem.....	26
2.4 Aumento da Informalidade.....	36
3 O CÓDIGO DE POSTURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OS TRABALHADORES INFORMAIS.....	40
3.1 Choque de Ordem, Guardas Municipais e Trabalhadores Informais na Contemporaneidade: sua Problemática.....	40
3.2 O Choque de Ordem nos Bairros Nobres.....	48
3.3 O Choque de Ordem e a Mídia.....	50
3.4 A Informalidade em Copacabana e a Luta de Classe.....	52
4 PERFIL DOS TRABALHORES INFORMAIS E OS ENFRENTAMENTOS JUNTO A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NO BAIRRO DE COPACABANA.....	58
4.1 Introdução.....	58
4.2 Dados de Identificação.....	58
4.3 Perfil dos Entrevistados por Gênero.....	60
4.4 Perfil dos Entrevistados Quanto ao Nível de Escolaridade.....	60

4.5 perfil dos Entrevistados Quanto ao Local de Moradia.....	61
4.6 Perfil dos Entrevistados Quanto a composição Familiar.....	62
4.7 Perfil dos Entrevistados Quanto ao Tempo que Trabalham no Bairro de Copacabana.....	63
4.8 Perfil dos Entrevistados Quanto a Renda Mensal.....	65
4.9 Perfil dos Entrevistados Quanto a sua Identificação.....	66
4.10 Perfil dos Entrevistados que Pensam em Deixar a Profissão.....	67
4.11 Perfil dos Entrevistados Quanto a Contribuição para Previdência	69
4.12 Perfil dos Entrevistados em Relação ao conhecimento do Código de Posturas.....	70
4.13 Perfil dos Entrevistados sobre a Abordagem do Choque de Ordem.....	71
4.14 Perfil dos Entrevistados sobre sugestões pra Melhoria.....	74
5 CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO 1- QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA.....	91

1. Introdução

Esse estudo pretende contribuir para uma reflexão quanto à relação de conflito entre: os agentes da atual guarda municipal, os fiscais do Choque de Ordem e os trabalhadores informais, relação em que se observa uma tendência a perseguir de forma repressiva os trabalhadores informais do bairro de Copacabana. A escolha por esta área deve-se ao fato de que moro há dezesseis (16) anos e trabalho como camelô há quatro (4) anos neste local.

O trabalho tem como **tema:** o trabalhador informal e a atuação do Choque de Ordem no Município do Rio de Janeiro. Como **objeto:** A abordagem feita pela guarda municipal a partir da política pública de Choque de Ordem, da prefeitura do Rio de Janeiro em relação aos trabalhadores informais no bairro de Copacabana. Como trabalhador informal pude observar no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, como é ser camelô em Copacabana. Vivenciei uma postura repressiva por parte desses agentes, sofri muita represália por parte dos agentes públicos tanto da guarda municipal quanto dos fiscais do choque de ordem no meu cotidiano e dos demais trabalhadores.

Como hipótese: A Política de Segurança Pública da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP) do governo Eduardo Paes, intensifica suas ações quando da realização de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, configurando-se como uma ação de “limpeza urbana”.

Esta hipótese surgiu a partir das discussões que são feitas em algumas disciplinas do curso de graduação na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), sobre a política de segurança pública e que me levou a observar as abordagens e ações realizadas pelos profissionais

do Choque de Ordem e da Guarda Municipal, junto aos trabalhadores informais no bairro de Copacabana.

O trabalho também partiu da minha experiência como trabalhador informal no bairro de Copacabana no período de 2012 e 2013. Na minha vivência, pude observar como os guardas municipais e os fiscais do Choque de Ordem agiam de maneira agressiva e desrespeitosa ao abordarem os trabalhadores informais. No entanto percebe-se que este controle urbano desrespeita o direito de cidadania destes profissionais. Partindo desta hipótese me propus a partir do estudo do objeto de estudo a provocar uma reflexão de como está sendo desenvolvida a atuação do Choque de Ordem e da Guarda Municipal em relação aos trabalhadores informais no bairro de Copacabana.

O trabalho tem como objetivos: 1) provocar uma reflexão sobre como está sendo desenvolvida a atuação da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), por meio da política de Choque de Ordem; 2) contribuir para que haja uma melhor formação da Guarda Municipal, tendo em vista futuras mudanças no modo de agir para com os trabalhadores informais em geral.

O estudo do objeto da pesquisa resultou no presente trabalho de conclusão de curso II (TCCII), ora apresentado em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a Política Pública de Segurança do Município do Rio de Janeiro, denominada Choque de Ordem. No segundo capítulo, contextualiza-se e problematizam-se as diretrizes do Código de Posturas do Município do Rio de Janeiro, a Legislação e a forma de atuação do Choque de Ordem. No terceiro capítulo, discutem-se as questões levantadas nos dois primeiros capítulos e já problematizadas, articulando-as com os dados coletados através da aplicação de questionário com perguntas semiestruturadas, permitindo um

questionamento em que o entrevistado pode responder de maneira espontânea. Nas entrevistas realizadas com trabalhadores do bairro de Copacabana, na perspectiva de propor mudanças de melhoria.

Como diz Minayo (2012) “a pesquisa semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tenha a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada”.

A metodologia para a investigação do objeto e averiguação da hipótese formulada desenvolveu-se a partir dos seguintes elementos: pesquisa bibliográfica, através do levantamento de textos, artigos, documentos eletrônicos, sites, livros e pesquisas sobre os temas para leitura assim como documentação oficial tais como o Código de Posturas do Município do Rio de Janeiro e a Política Pública de Segurança.

O Campo empírico de investigação do objeto foi o bairro de Copacabana no Município do Rio de Janeiro. O Universo empírico: Os trabalhadores informais que trabalham no bairro de Copacabana e dependem somente desse trabalho para sobreviver, homens e mulheres por faixa etária, sexo, idade. Grupo localizado entre os trechos das ruas, Santa Clara a Xavier da Silveira onde fica localizado o maior número de trabalhadores informais. Além de haver uma maior circulação de turistas.

Ressalto que essas ruas também são próximas a um camelódromo do tipo de tipobairro de Copacabana, na altura do posto seis o que causa mais curiosidade em relação a estes profissionais. Tipo de abordagem: A entrevista foi de tipo semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistador tem possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2012a) p 64.

Entrevista é acima de tudo é uma conversa a dois, ou entre vários Interlocutores, realizada por iniciativas do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (MINAYO, 2012b).

Pré-teste: num primeiro momento, foram realizadas cinco entrevistas como pré-teste do roteiro de entrevista para mensurar a quantidade de trabalhadores informais necessários para a coleta de dados. O pré-teste também propiciou a análise das respostas, identificando as questões que se mostraram difíceis, ambíguas ou mal formuladas, além de comentários valiosos, feitos pelos entrevistados, que contribuíram para novas indagações. Os questionários foram aplicados no primeiro semestre de 2014.

A organização e análise de dados para o capítulo 3 a partir do material coletado nas entrevistas foi feita de acordo com as questões levantadas no item pesquisa bibliográfica e as questões levantadas nos capítulos I e II.

CAPÍTULO 1 - TRABALHO INFORMAL E OS ENFRENTAMENTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

2.1 A Informalidade na discussão acadêmica no curso serviço social

De acordo com Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, (2007), à nova morfologia contemporânea do trabalho nos leva à reflexão sobre as diversas práticas laborativas, sugerindo-nos pensar sobre a legitimação alcançada pela informalidade; percebe-se que os sujeitos políticos do trabalho, não são mais representados pelos institutos corporativos assim como se observa a fragilização econômico-material dessas atividades a baixa escolarização da força de trabalho, e, conseqüentemente a ausência de tecnologia nas ações empregadas.

Ainda que o feixe de relações implicado no chamado trabalho desorganizado, atípico, seja de alta complexidade, um de seus traços mais marcantes é o de ser espelho da classe mais precarizada e fragilizada de trabalho no Brasil, refletindo a ideia de desigualdade social. A literatura especializada revela sobre o tema as mudanças do trabalho e em particular, as saídas viabilizadas perante o alto índice de desemprego e a queda do assalariamento, fatos que levaram muitos trabalhadores à informalidade.

O que desejo levar à reflexão com este estudo é como a prática de sociabilidade do trabalho empreendedor e das ações políticas servem para raciocinarmos sobre as relações econômicas e políticas; as diversas formas de enfrentamento com a expectativa de expansão do igualitarismo na cena pública, atrelado à abordagem que é feita pela Guarda Municipal aos

trabalhadores envolvidos nesta “informalidade”. Segundo Ricardo Antunes - 2011,

Trata-se, portanto, de uma destrutividade que se expressa intensamente quando descarta, tornando ainda mais supérflua, parcela significativa da força mundial de trabalho, onde milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou desempregados. Isso porque na eliminação/utilização dos *resíduos da produção*, o capital desemprega cada vez mais trabalho estável, substituindo-os por trabalhos precarizados, que se encontram em enorme expansão no mundo agrário, industrial e de serviços, bem como nas múltiplas interconexões existentes entre eles, como na agroindústria, nos serviços industriais ou na indústria de serviços. A eclosão generalizada do *desemprego estrutural* em escala transnacional é a expressão-limite mais aguda e trágica dessa destrutividade presente no mundo do trabalho.

A inquietação acerca da informalidade está voltada para um extenso contingente de trabalhadores informais do Município do Rio de Janeiro, especificamente no espaço urbano carioca do bairro de Copacabana, que estão sujeitos à repressão do Choque de Ordem.

É esta população sem direitos trabalhistas, previdenciários e sociais que se configura como os excluídos do sistema, e formam assim um grupo de classes denominadas “menos favorecidas”. É notável que isso seja decorrente de um desenvolvimento econômico insuficiente, que possa atender as demandas dos profissionais que se encontram fora do mercado de trabalho formal. Conforme Marcia da Silva Costa, 2010

A economia informal não pode ser considerada um eufemismo para a pobreza, devido à sua elevada heterogeneidade: há muito dinamismo na economia informal e ela é geradora de elevado nível de renda para muitos empreendedores informais. Todavia, a noção de pobreza não pode ser entendida apenas pelo critério de renda (ou insuficiência de renda), pois ela também está relacionada ao consumo ou ao acesso a serviços, como qualidade da moradia, acesso à educação, políticas de saúde coletiva, enfim, à noção de direitos e de cidadania. Esses aspectos remetem às escolhas políticas de uma sociedade e aos mecanismos que ela socialmente engendra para distribuir sua riqueza. E esse é essencialmente o campo do conflito político de classe.

A informalidade não se mostra como autônoma em relação ao modo de produção capitalista; em verdade atende às necessidades do capital. Da mesma forma existem trabalhadores, que para aumentar seu rendimento financeiro, fazem parte dos dois setores, ou seja: são aqueles trabalhadores que possuem vínculo empregatício, mas também buscam nas horas de folga atividades apontadas como “biscates”.

2.2 A Política Pública de Segurança do Município do Rio de Janeiro

Segundo Luiz Eduardo Soares (2002), desde 1982, quando as eleições estaduais voltaram a ser disputadas no Brasil, ainda em ambiente autoritário, referente à ditadura, o serviço de segurança vem ocupando uma posição destacada na agenda pública. Com a promulgação da primeira Constituição Democrática Brasileira, em 1988 criaram-se as condições para participação popular ampla, removendo-se as barreiras tradicionais, que excluía o direito ao voto amplos segmentos da população.

Dado o novo contexto político, na década de 2000, as agendas públicas tornaram-se ainda mais sensíveis às percepções, as demandas e aos medos do conjunto da sociedade. A segurança é um item eminentemente popular, porém não deixa de ser tema também para as elites e as classes médias da sociedade.

O crescimento da violência ao longo das últimas duas décadas, reforçou essa tendência. Hoje, a política de segurança assume não só o centro das preocupações estaduais como também nas esferas municipais e federais,

tornando-se uma das principais problemáticas nacionais, principalmente em períodos eleitorais.

É notório o aumento expressivo destes trabalhadores informais nas ruas do Rio de Janeiro. As ruas e calçadas estão repletas de vendedores ambulantes que vendem todo tipo de produto.

Segundo a PNAD de 2002, os empregados sem carteira assinada constituíam 24,2% da PEA e os empregados por conta própria 22,3%. 4,2% das pessoas ocupadas trabalhavam unicamente para o próprio consumo, e 11,7% não tinham rendimento monetário algum. 27,1% dos trabalhadores tinham rendimentos inferiores ou iguais a um salário mínimo, 26,3% de um a dois salários mínimos, 12,4% de dois a três salários mínimos, enquanto apenas 1,3% superava os vinte salários mínimos. A economia brasileira é constituída por uma quantidade de empresas modernas e eficientes, algumas de *status* mundial, imerso num sem número de atividades de baixíssima produtividade. A riqueza está concentrada nela ao passo que uma parcela importante da população busca a sobrevivência na informalidade.

Segundo a Organização Internacional de Trabalho (OIT) (2014), o emprego informal em micro e pequenas empresas chega a 60% na América Latina com isso se tornam os principais geradores de emprego na década de 2000.

“Trata-se de um desafio complexo, pois a informalidade é um fenômeno multidimensional e o mundo das MPEs é extremamente heterogêneo”, advertiu a Diretora Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Elizabeth Tinoco, ao apresentar a série de *Notas sobre políticas para a formalização de micro e pequenas empresas*.

Na América Latina, a taxa de emprego informal nas MPEs é de 60%, bastante superior à taxa geral de informalidade no mercado de trabalho de aproximadamente 47%. Além disso, as experiências apresentadas pela OIT nesta série de notas demonstram uma preocupação dos países com o fato de que as taxas de informalidade de jovens e mulheres são mais elevadas nas MPEs, seja como trabalhadores ou empreendedores.

No caso do Brasil, segundo a publicação da OIT, a taxa de informalidade de trabalhadores em empresas com até 10 empregados diminuiu de 55,8% em 2006 para 46,9% em 2012. As MPEs representam 95% das empresas brasileiras e geram cerca de 16,6 milhões de empregos formais, contribuindo com 20% do PIB do país.

Tinoco lembrou que "existe uma distinção entre a formalização de uma empresa e a formalização das relações de trabalho", observando que o trabalho informal também está presente num grande número de MPEs que estão registradas e são consideradas formais. A publicação da OIT enfatiza a necessidade de encontrar mecanismos para formalizar a atividade de micro e pequenas empresas, como um primeiro passo no caminho para a redução da informalidade laboral. "É por isso que as medidas para a formalização dessas unidades produtivas também devem incorporar os aspectos do emprego", completou a Diretora Regional.

De acordo com os últimos dados disponíveis, a América Latina e o Caribe têm cerca de 59 milhões de unidades produtivas, das quais 48 milhões correspondem a pessoas que trabalham de maneira independente ou por conta própria. Além disso, cerca de 7 milhões dessas unidades produtivas são empresas com até cinco trabalhadores.

"Isto quer dizer que a maior parte do emprego na região é gerada pelo trabalho autônomo ou por pequenas empresas", afirma a série de notas da OIT, publicada no âmbito de um programa para promover a formalização na América Latina e no Caribe, conhecido como FORLAC.

O documento acrescenta que, "infelizmente, uma grande proporção dos empregos gerados por essas unidades é informal". A taxa de informalidade entre os trabalhadores independentes atinge 84%, enquanto que entre as pequenas empresas ela é de 60%. Quase 70% das pelo menos 130 milhões de pessoas com emprego informal na região são trabalhadores independentes ou empregados de empresas com até 10 trabalhadores.

Nota-se que o trabalho informal, está restringido a poucas divisões das atividades laborais. No que tange essas atividades o trabalhador se coloca num mercado com baixa escolaridade e a maioria deles vive do pequeno comércio e serviços de baixa qualificação.

Segundo a prefeitura do Rio, (2010) a Guarda Municipal do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Municipal 1.887, de 27 de setembro de 1992, a Guarda Municipal (GM-Rio) foi oficialmente implantada pelo Decreto Municipal 12.000, de 30 de março de 1993: "Força de segurança comunitária da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a GM-Rio tem como missão proteger bens, serviços e instalações municipais, contribuindo para a qualidade de vida da população".

O mesmo decreto instituiu a Empresa Municipal de Vigilância S.A (EMV) para administrar a Guarda Municipal, que hoje conta com mais de sete mil e

quinhentos guardas municipais (7.500) e trezentos e oitenta (380) funcionários administrativos (incluindo músicos e agentes de transporte), sendo a maior entre as instituições que atuam uniformizadas e desarmadas no Brasil. Para chegar a este efetivo, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro promoveu seis concursos públicos: em 1993, 1995, 1997, 2002, 2008 e 2011.

Em 15 de outubro de 2009 entrou em vigor a Lei Complementar nº100 que extinguiu a Empresa Municipal de Vigilância S.A. e criou a autarquia denominada Guarda Municipal na estrutura da administração indireta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com as seguintes funções institucionais:

- I - proteger bens, serviços e instalações municipais do Rio de Janeiro;
- II - fiscalizar, organizar e orientar o tráfego de veículos no território municipal;
observadas estritamente as competências municipais;
- III - orientar a comunidade local quanto ao direito de utilização dos bens e serviços públicos;
- IV - proteger o meio ambiente, o patrimônio histórico, cultural, ecológico e paisagístico do Município;
- V - apoiar e orientar o turista brasileiro e estrangeiro;
- VI - colaborar com as operações de defesa civil do Município;
- VII - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento de trânsito, no âmbito do Município;
- VIII - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de atribuição do Município;
- IX - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as penalidades de advertência por escrito e ainda às multas e medidas administrativas

cabíveis, inclusive por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código Brasileiro de Trânsito, notificando os infratores, no âmbito de atribuição do Município;

X - fiscalizar, autuar e aplicar penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas à infrações de excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, notificando os infratores no âmbito de atribuição do Município;

XI - participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito–CONTRAN;

XII – vigiar os espaços públicos, tornando-os mais seguros em colaboração com os órgãos responsáveis pela segurança pública em nível federal ou estadual;

XIII - exercer o poder de polícia no âmbito do Município do Rio de Janeiro, inclusive sancionatório, ressalvado as hipóteses em que, por força de lei, a atribuição seja privativa de outra categoria funcional, situação em que poderá auxiliar a fiscalização com a prática de atos meramente materiais;

XIV – implementar ações comunitárias, no intuito de aproximar o Poder Público dos grupos sociais, visando identificar e trabalhar, no limite das suas atribuições, os problemas específicos de cada área da Cidade.

A criação de Guardas Municipais é autorizada no parágrafo 1º do artigo 183 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro (1989), que estabelece que as Guardas devem agir na proteção do patrimônio municipal, colaborando na segurança pública junto a órgãos estaduais: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

A Guarda Municipal do Rio de Janeiro GM-Rio, passou a funcionar desde o concurso de 1993, para a contratação de dois mil agentes. Todo o processo foi feito pela Comlurb, uma vez que a GM-Rio ainda não estava formado oficialmente. Em março de 1993, a nova instituição de segurança da Prefeitura incorporou não só os aprovados neste concurso como 250 dos 340 vigilantes que integravam a Gerência de Vigilância e Segurança Patrimonial da Comlurb. Com os dois mil (2.000) guardas, a GM-Rio começou sua atuação promovendo ações de controle urbano no Centro e patrulhando algumas áreas públicas, a exemplo, do Aterro do Flamengo e Quinta da Boa Vista.

Para cobrir os demais pontos da cidade, a GM-Rio iniciou a implantação de inspetorias, ampliando aos poucos sua estrutura para se transformar em canal permanente de assistência e integração com as comunidades. São Inspetorias da Guarda Municipal IGMs, que funcionam em pontos estratégicos para atender a praticamente todos os bairros, com algumas das unidades contando com patrulhamento de bicicleta e carrinho elétrico.¹

Em uma segunda etapa, a GM-Rio passou a criar grupamentos especiais² para cumprir missões específicas. Hoje já são dez (10) grupamentos, que cuidam de escolas (GRE), praias (1º e 2º GEP), turistas (GAT), meio ambientes (GDA) controle urbano (GOE) e trânsito (1º GET, 2º GET e 3º GET), com ações direcionadas para o patrulhamento com cães (GCG), além de sete (07) Unidades de Ordem Pública, (UOPs) estas últimas criadas em 2011 para atender as demandas atuais da cidade.³

¹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/criacao>. Acesso em: 2 de mai. 2014.

² Grupamentos Especiais: para cumprir missões específicas como: cuidar de escolas, praias, turistas, meio ambiente, controle urbano, trânsito, patrulhamento com cães dentre outros.

As atribuições das Guardas Municipais estão traçadas no Título V da Constituição Federal (1988) que trata Da Defesa Do Estado e Das Instituições Democráticas Capítulo III Da Segurança Pública. Art. 144 estabelece que os municípios poderão criar Guardas Municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. O artigo define segurança pública como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônio (...)”.

Percebe-se que antes da criação da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), a (GM-Rio) agia isoladamente, na área da segurança pública com o compromisso e responsabilidade de proteger e prestar o serviço ao cidadão. Em contrapartida ao mesmo tempo em que se compromete a proteger os cidadãos controla os espaços urbanos com repressão. Exemplo disso é a relação entre a GM-Rio e os trabalhadores informais de Copacabana: observou-se que depois da criação da SEOP os conflitos entre esses atores sociais aumentaram, pois a GM-Rio como braço da segurança pública começou a atuar em conjunto com a SEOP, dessa forma aumentando a repressão diante não só de trabalhadores informais, mas, sobretudo daqueles que são considerados “classe menos favorecida”, como a população de rua, menores abandonados, barraqueiros da praia, ambulantes, dentre outros que estão “denegrindo” a imagem da cidade.

Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário" etc. O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento

³ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/criacao>. Acesso em: 5 de mai. 2014.

das fábricas, o despotismo do trabalho etc; como tantas vezes Marx indicou. Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos trabalhistas. As "cooperativas" patronais tornam-se, então, contemporaneamente, verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a consequente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do "empreendedorismo", que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. (Ricardo Antunes, 2009)

Na esfera municipal, o artigo 30 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro 05 de abril de 1990 fundamenta-se na Constituição Federal de 1988 e determina a instituição de Guardas Municipais especializadas, que não façam uso de armas. (CRISTINA; DIEGO; MARIA, 2011), p 10.

a Secretaria Especial de Ordem Pública – SEOP. Foi criada a partir do Decreto nº 30.339 de primeiro de janeiro de 2009. Este ato normativo revisa toda a estrutura organizacional do poder administrativo municipal, logo no primeiro dia de governo, sem qualquer consulta ao legislativo ou participação popular. Isso seria possível graças ao caráter “especial” da referida secretaria, pretensamente transitório, porém com organograma e funcionamento igual a qualquer outra secretaria do município. Constituem a secretaria órgãos já pré-existentes na estrutura municipal, mas que tradicionalmente atuavam com autonomia e isoladamente, a saber: Subsecretaria de Fiscalização (incorporação da Companhia de Licenciamento e Fiscalização - CLF e Companhia de Fiscalização de Estacionamento e Reboque - CFER), de controle urbano (incorporação do órgão Companhia de Controle Urbano CCU) e de operações (Guarda Municipal). Se antes a guarda municipal agia de maneira isolada em relação às companhias fiscalizadoras específicas da cidade, agora observa-se que estas estão reunidas no mesmo ambiente institucional articulando medidas de repressão. Somado a isso, e na verdade como principal instrumento de viabilização destas novas políticas da secretaria, se destaca a criação do Plano Municipal de Ordem Pública – PMOP.

Esta lei estabelece as funções institucionais já citadas. De acordo com a Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP (2011),

Sua missão é manter a ordem nos espaços públicos do Rio de Janeiro, com isso fazendo valer as legislações municipais e o Código de Postura da Cidade. Visa também ser reconhecida pela qualidade e

efetividade de seus serviços, por sua excelência técnica e de gestão em grandes metrópoles, respeitando a cultura da cidade e sua gente. E obtendo como valores: transversalidade, integridade, probidade, agilidade, respeitar os patrimônios histórico, cultural e ambiental do Rio de Janeiro atender e orientar o cidadão.

Segundo o site da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) em abril de 2011, a SEOP deu início a implantação das Unidades de Ordem Pública (UOPs), no Município do Rio de Janeiro, esta então reformulada pelo Programa Rio em Ordem. Este programa tem como meta implantar mais UOPs, e revitalizar a guarda municipal até 2016, e também teve por objetivo treinar a GM- Rio com novos procedimentos operacionais padrão.

Nas regiões beneficiadas⁴ pelas UOPs, os guardas municipais cobrem o patrulhamento vinte e quatro horas (24h) por dia e sete (07) dias por semana para combater irregularidades como estacionamento em local proibido, excesso de mesas e cadeiras nas calçadas, ambulantes sem licença da Prefeitura, entre outras ações que venham a ferir o Código de Posturas e a Legislação do Município. O programa tem a meta de implantar mais nove (09) UOPs até 2016 e promover a revitalização da Guarda Municipal (GM).

2.3 Breve crítica à Política de Choque de Ordem

O discurso determinado e veiculado pela prefeitura do Município do Rio de Janeiro e pela Secretaria de Ordem Pública (SEOP) é o de combate à desordem urbana a qual no discurso oficial denigre a imagem do Rio de Janeiro fora do país. Com base nesse modelo a política de Choque de Ordem da cidade caracteriza-se pela tendência à repressão aos trabalhadores informais, priorizando a imagem da cidade no exterior e em função disso a

⁴ Regiões:, centro, zona norte, zona leste, zona oeste zona sul e adjacentes.

concepção que tem de “ordem”. Conforme (CRISTINA; DIEGO; MARIA, 2011), p 14. Apud WACQUANT, 1999, p.22

[...] a excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões “ilegítimas” que são a causa de todos os males das sociedades modernas – entre os quais a “violência urbana”.

As operações de Choque de Ordem que ganharam força na gestão do governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, que deu início a esse tipo de ação na operação “CopaBacana” tendo continuidade na gestão do atual prefeito Eduardo Paes em 2014.

Percebe-se que este trabalho desenvolvido pela Prefeitura, demonstra que há um jogo político por trás dessa política, a exemplo da troca favores e o que existe entre empresários locais e governo. Neste governo, observa-se que não existe uma discussão que aborda os reais interesses do povo. (CRISTINA; DIEGO; MARIA, 2011), p 12.

É necessária a análise crítica acerca da concepção do próprio discurso do poder, que é dominante e sedutor aos olhos da maioria da população. Grande parte das atribuições do plano é construída em cima do preceito de que as últimas administrações públicas contribuíram na privatização do espaço público. Essa permissividade teria desenvolvido dentre os cariocas uma dita “cultura de ilegalidade”, a todo o momento referida no texto do plano. Essa naturalização da ilegalidade coloca no centro da discussão a população como sendo frágil e influenciável, que precisa ser protegida do “mal da desordem”. Existem aqui aspectos perigosos para a leitura do problema maior, que é, em suma, político-administrativo.

O prefeito Eduardo Paes, eleito em outubro de 2008 pautou como prioridade, algumas medidas em seu primeiro mandato, em relação à área de Segurança Pública, uma delas foi o objetivo de combater os camelôs nos

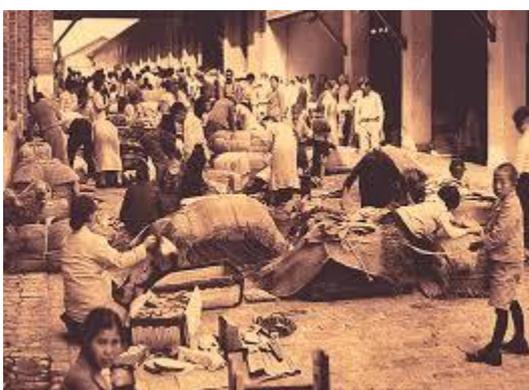
espaços urbanos de toda cidade, no entanto ao mesmo tempo em que visa este combate aos trabalhadores informais, os agentes, tanto da guarda municipal quanto os fiscais do Choque de Ordem, atuam de forma repressora em relação aos profissionais, que buscam sua sobrevivência nos espaços públicos. Dessa forma acabam tornando esses espaços conflituosos e não respeitando a condição de cidadão do trabalhador.

Dessa maneira esses agentes do controle urbano, contrariam a Constituição Federal de 1988 porque a mesma nos mostra a respeito sobre a real função da guarda municipal, no Art. 145, § 8º, onde está prescrito que os Municípios poderão formar guardas municipais com a finalidade de proteger seus bens, serviços e instalações. E não de abordar de forma repressiva qualquer trabalhador.

Dados da CEPAL, citados por (VILELA, Maria dos Anjos Lopes 2008 apud Cacciamali 1999) indicam que (...) de cada 100 empregos gerados durante 1990-1995, 84 correspondem ao setor informal. De cerca de 16 milhões de empregos criados na América Latina no período, 1990-1994, cerca de 14,4 milhões corresponderam ao dito setor, que agrupou assim, 56% do total dos ocupados da região. No Brasil, o crescimento da informalidade também pôde ser constatado. O grau de informalidade que era de 36,6%, em 1986, aumentou para 37,6%, em 1990, e 50,8% em 2000.

Observa-se que no Município do Rio de Janeiro a atividade exercida por camelôs nos logradouros públicos, não é recente. O aumento de trabalhadores informais, especificamente no bairro de Copacabana remonta ao século XIX, quando o vendedor ambulante passou a ser um trabalhador comum na cidade do Rio de Janeiro, constituindo uma das mais antigas estratégias de

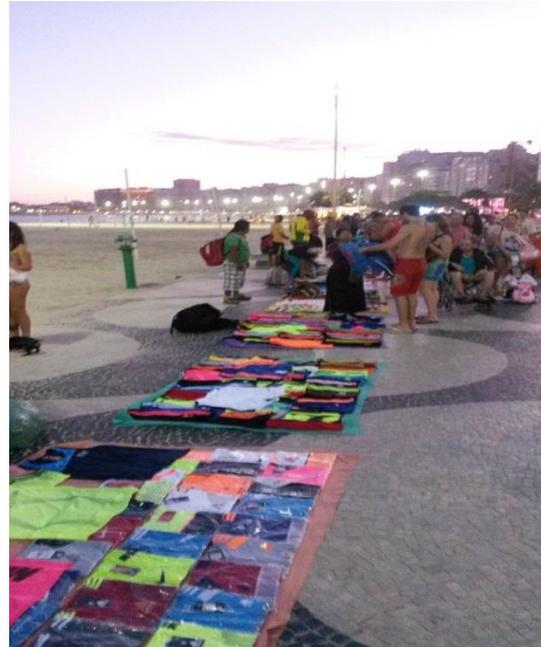
sobrevivência para a população pauperizada (Pereira, Camila Muniz da Costa 2011 apud GOMES, 2006, p.221 apud BRANDÃO, 2008, p.28)



Ao refletir sobre a tendência repressora empreendida pelos agentes que executam a política de Choque de Ordem do município do Rio de Janeiro entende-se que os trabalhadores informais, que se encontram desprotegidos em seus direitos sociais, fazem parte de um fragmento do exército industrial de reserva, que de alguma forma são forçados por essa política a entrar neste mercado de trabalho.

O cenário nacional da década de 2000 mostra que a população brasileira pauperizada não tem oportunidade digna e igualitária nos postos de trabalho oferecidos pelo governo, não existindo vaga suficiente de emprego formal para essa parcela da população, dessa forma eles continuam nas ruas

buscando outros meios de sobrevivência conforme podemos ver nas figuras abaixo:



JORNAL DO SÉCULO
 1903

O RIO QUER...

Pereira Passos manda demolir o Rio colonial

1903 - Com a posse do prefeito Pereira Passos, ficou clara que o Rio de Janeiro deveria de ser uma cidade limpa e arejada pela drenagem. No lugar de cortiço de cortiço, queria mais lugares que a capital da República gozasse, a cidade renascia como e mais grandioso exemplo da belle époque tropical. Em vez das montanhas velhas cobertas e das cortiços, onde se acumulavam doenças, a prefeitura planeja fazer grandes obras, criar novas construções e melhorar a qualidade de vida das pessoas. No lugar de cortiços, que se vivem de depósito de lixo, precisa ser melhorado. Para tornar realidade a cidade de uma capital da República civilizada, a prefeitura já começou, logo, a botar abaixo todos os edifícios. Os maiores os casarão planejado para a elite já foram os mais demolidos. As propriedades que amolecem com um ar de desaprovação passando na porta principal de seu imóvel, só resta um e mais rapidamente possível de casa, por a prefeitura da época já tem o plano que a realidade seja feita. Até hoje, 1.000 edifícios estão marcados de demolição. Hoje, os moradores das cortiças se têm como espécie de animais justos que são vítimas de um crime de sangue. Para tornar realidade a cidade de uma capital da República civilizada, a prefeitura já começou, logo, a botar abaixo todos os edifícios. Os maiores os casarão planejado para a elite já foram os mais demolidos. As propriedades que amolecem com um ar de desaprovação passando na porta principal de seu imóvel, só resta um e mais rapidamente possível de casa, por a prefeitura da época já tem o plano que a realidade seja feita. Até hoje, 1.000 edifícios estão marcados de demolição. Hoje, os moradores das cortiças se têm como espécie de animais justos que são vítimas de um crime de sangue.

As ruas estreitas do Centro estão com os dias contados para dar lugar às avenidas



O desemprego é o principal agravante para o crescimento constante e amplo dos trabalhadores informais na década de 2000. Então os trabalhadores informais que se encontram excluídos do mercado formal, desenvolvem e buscam outras formas de sobrevivência. Segundo José Paulo, (2012).

Ao mesmo tempo, os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: o *crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital* - com os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrindo... o "desemprego estrutural"! De fato, o chamado "mercado de trabalho" vem sendo radicalmente reestruturado - e todas as "inovações" levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da "informalidade".

Os postos de trabalhos que são criados são insuficientes para atender as demandas dos trabalhadores que esperam por um emprego digno e formal, com o intuito de entrar no mercado de trabalho. O aumento dos trabalhadores informais se torna contínuo e a falta de emprego também.

Diante disso percebe-se que essa Política de Segurança acaba sendo ineficaz. É inútil pensar que essas ações, especificamente do “Choque de Ordem” no Município do Rio de Janeiro irão acabar com a “desordem urbana”.

A inquietação com a “desordem urbana” não é recente na história da cidade. Pode-se dizer que a “Operação Choque de Ordem” se assemelha à reforma Pereira Passos no início do século XX.

De acordo com Lyvia Bernardes Seabra (2005), o prefeito Pereira Passos toma posse em 1902, na gestão da cidade do Rio de Janeiro, cujo maior desafio era organizar o espaço público, inspirado na Belle Époque⁵ e

⁵ As grandes reformas urbanísticas europeias da segunda metade do século XIX abriram amplos espaços públicos e os preencheram com monumentos que discursam o triunfo da

nos modelos de urbanização que vinham da Europa. Em sua gestão buscou reordenar e ampliar a extensão da malha de circulação viária ligando uma série de ruas e alargando outras tantas. Nesse processo grande quantidade de casas, comerciais, e residenciais foi derrubada. O centro da cidade foi a localidade a passar por maiores intervenções e transformações. Não foi apenas na parte urbanística da cidade que ele remodelou, mas também as práticas sociais. A reforma Pereira Passos se estabelece, portanto, como um conjunto, de intervenções radicais, justificadas com a defesa da higienização dos espaços e melhoria da circulação pública.

A autora diz ainda que o objetivo dessa política era expulsar os carroceiros que eram vistos como perigosos porque impediam o livre trânsito na cidade. Principalmente em relação aos negros e escravos que dominavam a paisagem com trajés “indecentes” para os padrões “familiares”, deixando no ar um “mau cheiro” que soava desagradável aos passantes. Existiam inúmeros destes ambulantes que vendiam o produto do seu senhor utilizando seu corpo e alguns suportes precários, como cestas, bandejas, caixas de madeiras ou se instalavam em tendas ou barracas⁶ num contexto preenchido por negras e quitadeiras⁷ e com vendedores ambulantes, não sendo boas as condições de conforto ambiental e de segurança desses locais.

Conforme Camila Muniz, (2011) (apud) Brandão, (2008) Libertados, os escravos saíam em busca de atividades possíveis para sua

burguesia, bem como os adotaram de eventos e cerimoniais de apologia este período que, para alguns, se define como a “bela época” (MASCARENHAS, 2005)

⁶ A barraca de mercado, aqui reproduzida, é igual às que geralmente se encontram nas áreas abertas da cidade. Sua construção é muito simples, sendo armada pela manhã e desarmada à noite. Consiste apenas em quatro esteios retos e uma coberta de folhas de bananeira, para quebrar os raios abrasadores do sol, comenta um visitante que esteve ao Brasil, Chamberlain (1820) Martins, A Ambiências que abrigam o comercio informal do Rio de Janeiro. 2006, p.83

⁷ O termo aqui tomado; constituem aglomerações de negras ao ar livre, acoradas ou dispendo de tabuleiros, situadas em pontos preestabelecidos, para venda de produtos da pequena lavoura, da pesca e da indústria doméstica. (MASCARENHAS, 2005).

sobrevivência, dentre elas o comércio ambulante reforçando a característica dessa atividade alternativa que vai fazer parte da vida do brasileiro – mão de obra excedente procurando no mercado de rua sua opção de ganho.

Segundo Conforme (Camila Muniz, 2011 apud Gomes 2006 e Abreu 1997 apud BRANDÃO 2008), o prefeito Pereira Passos exerceu intenso controle sobre as atividades dos ambulantes, controle esse que permanece até os dias atuais.

A ideia de “limpeza”⁸ Urbana foi abordada em Cruz, Neto e Minayo (1994 e 2008), enquanto uma “limpeza social” indispensável para eliminar o que (ou quem) nessa sociedade é considerado “supérfluo”, tais como pessoas com baixa escolaridade, que seriam candidatos à criminalidade, desempregados, supostamente sem nenhuma utilidade no mercado de trabalho formal.

Ao se referir a limpeza urbana, a autora sinaliza a questão de forma ampla, atingindo a população considerada em vulnerabilidade social. (moradores de rua, crianças abandonadas, trabalhadores informais dentre outros).

De acordo com FREITAS, (Claudia 2014 apud Humberto Kzure 2014), O Choque de Ordem” é uma espécie de “higienização” da cidade. Além de agir de forma repressiva também faz uma limpeza especificamente no bairro de Copacabana, com práticas autoritárias tirando das ruas: a população de rua, trabalhadores informais, aplicando multas nos cidadãos que jogam lixo no chão dentre outros fatores que levam a “higienização” para a prefeitura. Para isso, são criados instrumentos de regulação, para estabelecer alguns limites de

⁸ “A ideia de “limpeza ” foi abordada, enquanto uma “limpeza social” necessária para eliminar o que (ou quem) nessa sociedade é considerado “supérfluo”, tais como pessoas com baixa escolaridade, que seriam candidatos à criminalidade, desempregados, supostamente sem nenhuma utilidade ”(SALLES FILHO, 2008).

oportunidades para diversas camadas sociais, principalmente as classes menos favorecidas.

O Estado acaba investindo contra alguns segmentos a exemplo da Política de “Choque de Ordem”, no que tange essa apropriação seletiva do território urbano intimidando o livre arbítrio para as decisões dos indivíduos sobre suas próprias vidas. Esperada pela sociedade. Cabe lembrar, no entanto, que o Rio de Janeiro concentra oscilações sobre sua organização urbana e social desde a sua concepção, onde se destacam as questões relacionadas à informalidade e a irregularidade do uso e ocupação de áreas públicas, até mesmo pelos mais ricos.

Conforme afirma o autor, a cidade requer sim um ordenamento, não restam dúvidas. Porém, isso não significa coagir a população por intermédio de ações repressoras de extrema crueldade; da institucionalização da barbárie que, fere a consolidação da democracia. Portanto o “Choque de Ordem” é entendido como um instrumento de coerção do governo que veio para lesar e conter a classe trabalhadora.

Podemos referir à questão dos megaeventos de acordo com o informe da Relatoria Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) (2009, p. 11) para a qual o legado negativo dos megaeventos incide particularmente sobre os setores mais desfavorecidos da sociedade. Esses grupos vêm-se afetados desproporcionalmente pela tendência aos despejos forçados, deslocamentos, diminuição da disponibilidade de habitação social, redução da acessibilidade à moradia, carência de lar, distanciamento da comunidade e das redes sociais existentes, restrição das liberdades civis e punição da carência de lar e das atividades marginalizadas.

Os deslocamentos e despejos forçados que têm origem no embelezamento e no aburguesamento da cidade afetam normalmente a população de baixa renda, as minorias étnicas, os imigrantes e os idosos, a quem se obriga abandonar seus lares e se reassentarem em zonas distantes dos centros da cidade. Da mesma forma, as políticas e leis especiais adotadas para 'limpar' (sic) a cidade, resultam na remoção de pessoas sem lar, mendigos, camelôs, trabalhadores sexuais e outros grupos marginalizados das zonas centrais e no seu reassentamento em áreas especiais ou fora da cidade.

2.4 Aumento da informalidade

No país, ao longo das três últimas décadas houve uma expressiva redução na dinâmica de criação de postos de trabalho assalariados e no "setor formal". Ao longo dos anos 1990, pela primeira vez desde a década de 1930, essa diminuição chegou a ponto de o país reconhecer um processo de "desassalariamento" de sua força de trabalho, com a efetiva eliminação de empregos com registro em carteira (POCHMANN, 1999).

Paralelamente a essa crise do trabalho formal, notadamente na indústria de transformação, cresceu o número de desemprego de forma constante e também de trabalhadores sem vínculo formal de trabalho.

No Brasil, essas modificações aconteceram na dinâmica do processo de urbanização, com um expressivo aumento do número de pobres nas metrópoles e também nas cidades médias no redirecionamento das migrações que calharam a se fazer muito mais na escala regional; e no crescimento mais marcante das cidades médias. As oportunidades de trabalho formal na

economia urbana passaram por um duplo processo de redefinição: uma nova distribuição espacial dos empregos, carecido a transformações nos padrões da divisão territorial do trabalho, movimentadas, entre outros fatores, pela desconcentração industrial, e a uma ampliação das cobranças quanto à qualificação dos candidatos. Em termos setoriais houve um considerável aumento das ocupações no terciário, incluindo tanto funções de nível técnico e superior como outras com graus bem menores de exigência quanto à qualificação. (SANTOS, 1996, ANDRADE, SERRA, SANTOS, 2001). (IPEA, IBGE, UNICAMP, 2000).

De acordo com Humberto Kzure,(2014), historicamente a palavra “ordem” continuamente foi seguida de significados ambíguos. A ideia de ordenar espaços, notadamente na cidade, na multiplicidade das ocasiões está na condição à conveniência e aos interesses dos possuidores da hegemonia política, econômica e jurídica.

O poder hegemônico se coloca como detentor das formas de controle no exercício de suas políticas, e assim atinge os trabalhadores informais, de forma estabelecida pelas “correções” formais no município do Rio de Janeiro.

Nesse jogo, em que fortificam as práticas de compadrio e/ou das chantagens, a administração pública em especial a prefeitura do Rio, que cede, às pressões que lhe são impostas e torna-se cúmplice ou refém dos patrocinadores das campanhas políticas, por exemplo: Os empresários da construção, da indústria automobilística, da hotelaria, do comércio, dos transportes.

Segundo, Hildete Pereira e Jorge Luiz Teles (2000), o setor informal se define pela existência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem

doméstica e propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados.

No “setor informal”, a maioria dos trabalhadores não são qualificados, são trabalhadores sem nenhum vínculo trabalhista, com escolaridade baixa. Vivem em condições precárias em seu ambiente de trabalho dentre outros fatores que implicam na realização de suas atividades laborais.

De acordo com Tavares, Maria Augusta (2004 a) o trabalho informal no Brasil não é um fenômeno novo, este se encontra no cenário de competitividade do mercado “histórico-estrutural”. Antes o setor informal era caracterizado como atraso, dado a ideia de que estes trabalhadores jamais seriam úteis para a manutenção das crises cíclicas do capitalismo.

Tavares, Maria Augusta (2004b) acredita que, “a chamada economia informal”, provoca um alto nível de exploração do trabalho, o que suprime o argumento da independência e da autonomia que se atribui a esta. Por isso é importante destacar que a autonomia, e o livre mercado, não quer dizer que estes trabalhadores do “Setor Informal”, estejam livres da imposição do grande capital; o que existe é uma nova forma de organização do mercado para atender as demandas do próprio capital.

Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário" etc. O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho etc; como tantas vezes Marx indicou. Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos trabalhistas. As "cooperativas" patronais tornam-se, então,

contemporaneamente, verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a consequente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do "empreendedorismo", que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. (Ricardo Antunes, 2009)

CAPÍTULO 2 - O CÓDIGO DE POSTURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E OS TRABALHADORES INFORMAIS

3.1 Choque de Ordem, Guardas Municipais e Trabalhadores Informais na Contemporaneidade: sua Problemática

De acordo com Roberto Tauil, (2006) "Posturas Municipais" é expressão antiga, já aplicada no período colonial como um conjunto de normas locais que precisariam ser correspondidas por todos os seus moradores. Agrupava um elenco mutável de dispositivos, desde normas básicas de civilidade, relações trabalhistas e até os métodos que deveriam seguir na construção de suas casas. Para promover o manejo e a sua leitura, as regras foram aos poucos se materializando na figura de um código único, dividido por assuntos.

Então se percebe que desde o período colonial as "posturas municipais" já existiam, no entanto com outra característica, buscavam disciplinar grupos que habitavam em determinadas regiões, com o intuito de integrar as relações sociais com regras e normas a seguir, existentes naquela época com o objetivo de organizar a vivência entre todos que ali viviam.

O autor discute que, a primeira competência municipal enumerada na Constituição Federal de 1988, no (art.30, I) é a de legislar sobre assuntos de interesse local. Segundo as lições de Meirelles, (apud Tauil, 2006) o interesse local se caracteriza pela predominância de importância para do Município, em relação ao Estado e a União.

Ainda segundo Tauil (2006) é importante notar que na Constituição Imperial de 1824, havia o dispositivo que dava autoridade às Câmaras de

Vereadores para "formação de suas posturas policiais", conjugando regras de posturas ao poder de polícia. Com o aparecimento de leis sobre matérias específicas, o Código de Posturas sofreu um esvaziamento em sua compreensão original, limitando-se a alguns aspectos da disciplina administrativa municipal. Os próprios Municípios decidiram lançar suas normas jurídicas por assuntos, criando o Código de Obras, o Código de Zoneamento Urbanístico, o Código de Saúde Pública e outros códigos ou leis, cada um discutindo sua matéria.

Dessa forma, o Código de Posturas perdeu a magnitude da importância de outrora, restringindo-se, praticamente, a regular o uso dos espaços públicos, o funcionamento de estabelecimentos, a higiene e o sossego público. Há, no entanto, uma forte corrente de administradores que pretende reativar a consolidação das normas municipais de poder de polícia no Código de Posturas.

O Código de Postura do Município do Rio de Janeiro determina no DECRETO nº 29.881, de 18 de setembro de 2008, título II, do Comércio Ambulante. Capítulo V, do Comércio Ambulante nas Areias das Praias:

Art. 23. O comércio ambulante na areia das praias será permitido para exercício da atividade em ponto fixo, com o uso de barraca, ou sem ponto fixo, com o uso de equipamentos que possam ser transportados a tiracolo.

Art. 29. As autorizações para ambulantes sem ponto fixo serão concedidas para o exercício da atividade em qualquer praia do Município.

Parágrafo Único. Os ambulantes serão identificados por colete e por crachá com foto, fornecidos pela Coordenação de Licenciamento e Fiscalização.

Art. 30. Os ambulantes sem ponto fixo só poderão vender os seguintes produtos:

- I – refrigerante e água mineral em lata ou plástico;
- II – sucos/refrescos/mates;
- III – cerveja em lata;
- IV – biscoitos;
- V – sorvetes embalados;
- VI – sanduíches prontos e embalados;
- VII – batata frita industrializada;
- VIII – frutas;
- IX – pastéis e empadas prontos;
- X – amendoim;
- XI – bijuterias;
- XII – bonés e protetores solares;
- XIII – pequenos artigos de artesanato;
- XIV – tamancos e chinelos;
- XV – toalhas, esteiras e peças de vestuário de praia;
- XVI – pequenos brinquedos de plástico para uso na praia;
- XVII – guarda-sol;
- XVIII – decalques; e
- XIX – mapas turísticos da cidade.

§ 1º. É proibida a utilização de embalagens de vidro.

§ 2º. É proibida a comercialização de churrasquinhos, espetinhos, camarão frito outros salgados prontos não especificados e congêneres.

Este Código de Postura do Município do Rio de Janeiro, não se preocupou em definir durante as discussões, a forma de abordagem que os fiscais do Choque de Ordem e da Guarda Municipal iriam desenvolver junto aos trabalhadores informais. Com isso o que se registra é uma postura autoritária e repressora junto aos trabalhadores informais. Conforme (CRISTINA; DIEGO; MARIA, 2011), p 3-4.

Contemporaneamente, em quase todas as cidades brasileiras, os Códigos de Posturas, as Leis de Parcelamento, os Zoneamentos e os Códigos de Obras operam definindo as regras para o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, assim como as práticas sociais permitidas nos logradouros públicos. Entretanto, é cada vez mais comum, especialmente nas áreas residenciais das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, a apropriação privada dos logradouros públicos, muitas vezes consentida pelo poder político/administrativo municipal. Em vários bairros cariocas há generalização do uso de grades que, implantadas fora dos limites dos terrenos privados, se apropriam de generosos trechos de logradouros públicos, os quais, muitas vezes, passam a ser ocupados com jardins, garagens, bancos para o estar dos moradores dos edifícios contíguos, entre outros usos. Outra modalidade de apropriação dos logradouros públicos diz respeito ao fechamento de ruas e/ou quarteirões com grades, portões e guaritas, privatizando-os e formando falsos “condomínios particulares”. Na grande maioria dos casos o fechamento dos logradouros públicos é acompanhado da construção de guaritas custeadas pelos moradores. Essas guaritas, quase sempre, são implantadas nas calçadas, prejudicando a passagem daqueles que conduzem carrinhos de crianças, cadeirantes, entre outras situações do cotidiano. Nas áreas comerciais, por sua vez, é comum a disputa dos logradouros públicos, pistas e calçadas, entre camelôs, mesas e cadeiras dos bares, “puxadinhos”, quase sempre irregulares, para ampliar a área dos restaurantes, muitas vezes notícia dos jornais cariocas. Da mesma forma, as calçadas são ocupadas não só por vendedores, mas por prestadores de serviços e por aqueles que distribuem panfletos publicitários: “mãe de santo traz a pessoa amada em apenas três dias”, “dinheiro rápido”, “compramos ouro”, entre outros.

Durante o período de 1930 a 1940, do corporativismo do Estado (governo Getúlio Vargas) instituiu-se um novo e extenso Código de Leis do Trabalho que marcou o mercado nacional. Daí surgiram noções de “formalidade” e “informalidade” que se constituíram pouco a pouco. Dessa forma a partir da década de 1930, o mercado de trabalho no Brasil e as

questões do subemprego ou “informalidade” puderam ser percebidas como consequência da construção da própria formalidade, ligado ao direito e a cidadania, enquanto na informalidade estas garantias são inexistentes.

Fazendo uma reflexão quanto ao processo histórico em que surgiram os camelôs na cidade do Rio de Janeiro, temos como consequência a regularização, por parte da prefeitura, da atuação dos trabalhadores das feiras livres, e daqueles que utilizam a praia de Copacabana, bem como ambulantes tiracolos, limitando os produtos a serem vendidos na praia. Constatamos assim, de certo modo, alguma continuidade na forma de proceder do poder público em relação aos costumes do início do século XX. Percebe-se elementos regressivos, elementos de uma mesma tradição conservadora que perdura no cenário urbano atual.

A partir de 1970 em consequência da crise do capital em todo mundo, as indústrias já não absorviam a mão de obra disponível colocando, os trabalhadores à disposição do capital, que “destacando-os”, deixando-os sem opção os “leva às ruas”.

A propósito durante o trabalho de campo com esses trabalhadores informais nas ruas de Copacabana, pôde-se observar que ir para as ruas é a última opção que esses indivíduos possuem para a sobrevivência.

“Tem que acabar o Choque de Ordem, porque eles roubam trabalhadores, tem que fazer a segurança da praia e não correr atrás de trabalhador” (entrevistado 11).

“Tinha que acabar o Choque de Ordem porque não serve pra nada, só serve pra roubar mercadorias” (entrevistado 13).

O que podemos destacar nesse trabalho direcionado aos trabalhadores informais ou ambulantes são as atividades desenvolvidas pelos camelôs, que

muitas vezes são marginalizados pela sociedade e possuem o estereótipo de “trabalhadores das ruas” que além de não terem seus direitos sociais contemplados, os levam a serem “diferentes”, de forma estigmatizada, dos trabalhadores formais.

As condições de trabalho presentes nas ruas são sem sombra de dúvidas diferentes das dos trabalhadores formais. Os trabalhadores informais permanecem durante sua jornada de trabalho expostos ao sol, chuva e em alguns momentos, desrespeitados pelos agentes do Choque de Ordem e da guarda municipal. Estes últimos, responsáveis pela ordem urbana, acabam contribuindo para a não efetivação dos direitos civis e sociais: particularmente em relação aos direitos de segurança e trabalho como na Constituição de 1988.

Em paralelo não podemos deixar de citar as precárias condições de trabalho que os profissionais das ruas vivenciam, além dos conflitos constantes de interesses. É importante lembrar que os conflitos entre os camelôs e lojistas não se reduziu às esferas, econômica e jurídico-política, no plano do imaginário, recriam-se os camelódromos, como territórios do desconforto, do informal, do transtorno, do atraso, do barulho e sujeira das ruas, enquanto as lojas e *shopping centers* são massivamente proporcionados como portadores do novo, do belo e do conforto.

O trânsito da denúncia ácida para a celebração superficial da gentrificação, a elisão do deslocamento dos residentes estabelecidos dos guetos de status socioeconômico mais baixo, o foco insípido em "mesclagem social" e a evocação eufemística da "residencialização" não são desenvolvimentos isolados peculiares ao estudo de melhoramento de bairros. Eles participam e compartilham um modelo mais amplo de invisibilidade da classe operária na esfera pública e na investigação social ao longo das últimas décadas. Essa obliteração literal e figurada do proletariado na cidade é reforçada pela heteronomia crescente da pesquisa urbana, na medida em que ela se

torna mais estreitamente ligada aos interesses e perspectivas dos governantes da cidade, e correspondentemente desligada das agendas teóricas autodefinidas e autopropelidas. E, por sua vez, ambas as tendências revelam, confirmam e incitam o papel em transformação do Estado, de provedor de assistência social para populações de renda mais baixa a fornecedor de serviços e amenidades empresariais para urbanitas de classe média - e alta - principalmente entre eles, a limpeza, no ambiente construído e nas ruas, dos detritos físicos e humanos engendrados pela desregulação econômica e o corte de gastos de bem-estar social, de modo a renovar a cidade como local aprazível de e para consumo burguês (WACQUANT, 2009).

Tomamos os espaços públicos como lugares privilegiados para o embate dos diferentes interesses e necessidades em jogo, pois a modernidade urbana maximiza o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados: os primeiros formatam e normatizam, ao seu interesse, os espaços da vida pública: os demais, quase sempre, se recusam a (ou são impedidos incapazes de) participar dessa geografia, e recriam à sua maneira de vida cotidiana, se apropriando inconvenientemente dos espaços públicos, ali instaurando, ainda que muitas vezes precária e brevemente, uma territorialidade alheia ao projeto dominante. (Gilmar Mascarenhas, 2008).

É importante salientar que num Código de Posturas o interesse não deve ser somente aplicar regras para o controle da cidade, mas, sobretudo discutir o interesse de todos para obter o bem comum no Município em que se vive e em que se trabalha, onde participamos como membro de uma coletividade. Tal como definido como objetivo da República Federativa do Brasil na Constituição de 1988: “Prover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (C.F, 1988, Art. 3º- inciso IV).

Tomamos os espaços públicos como lugares privilegiados para o embate dos diferentes interesses e necessidades em jogo, pois a modernidade urbana maximiza o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados: os primeiros formatam e normatizam, ao seu interesse, os espaços da vida pública: os demais, quase sempre, se recusam a (ou são impedidos incapazes de) participar dessa geografia, e recriam à sua maneira de vida cotidiana, se apropriando inconvenientemente dos espaços públicos, ali instaurando, ainda que muitas vezes precária e brevemente, uma territorialidade alheia ao projeto dominante. (Gilmar Mascarenhas, 2008).

O Estado tem o dever de agir em defesa do bem-estar da população. Sua falha, ineficiência e despreparo administrativo no cumprimento de suas obrigações, provocam um dano a ser reparado.

O enfoque seguido pela gestão do Prefeito Eduardo Paes, leva a que os agentes da GM-Rio e os fiscais do Choque de Ordem tenham diferentes maneiras de lidar no que se refere especificamente à abordagem dos trabalhadores informais.

Não se tem um padrão a ser seguido estabelecido pelo Código de Postura do Município do Rio de Janeiro, nota-se que, algumas vezes agem de forma muito agressiva outras um pouco menos, nessa troca que se dá entre os atores sociais, onde de um lado está o aparelho estatal, e do outro estão os trabalhadores informais. De acordo com (CRISTINA; DIEGO; MARIA, 2011), p 18.

O parágrafo IX do Decreto nº 30.588 estipula a criação de novos centros comerciais populares, ao modelo dos comércios populares já consolidados do centro da cidade, para os ambulantes que foram proibidos de trabalhar em suas áreas tradicionais. Nenhum projeto foi desenvolvido nesse sentido, enquanto que o processo de cadastramento continua a ser realizado sem que os trabalhadores vislumbrem uma possibilidade concreta dentro dos meios legais. Ou seja, tornar-se MEI não significa a garantia legal da ocupação do espaço público para fins de trabalho.

Observa-se que o Decreto 35.507/2012, da Prefeitura do Rio de Janeiro, que regulamentou as leis do "choque de ordem", não explica em seu texto de forma clara ou implícita, a maneira dos agentes procederem, ao abordarem os trabalhadores informais. Entretanto o governo além de não esclarecer de forma implícita as relações sociais entre trabalhadores informais, Choque de Ordem e os Guarda Municipais, não toma atitudes cabíveis para melhorar ou planejar estas ações.

Percebe-se que a situação de ambos nessa relação capital - trabalho acaba refletindo na sociedade como naturalização dessas ações repressoras. Dessa forma, acaba levando ambos a entrarem numa “guerra sem fim”, perguntamo-nos até quando veremos trabalhadores sendo agredidos por agentes do aparelho estatal.

Nota-se que são inúmeras as ações de repressão no combate a trabalhadores informais, sem que se perceba uma política que tenha objetivos voltados para conter o desemprego e a informalidade.

3.2 O Choque de Ordem nos Bairros Nobres

De acordo com FORTES, Rafael, LAIGNIER, Pablo, (2010), a Secretaria Especial de Ordem Pública, (SEOP), foi criada para manter a ordem no Município do Rio de Janeiro. O Prefeito Eduardo Paes no início do seu mandato, não demonstrou transparência em sua política, especificamente no que tange as metas e objetivos precisos para estabelecer esta “ordem”, deixando os trabalhadores informais jogados à própria sorte.

As ações do Choque de Ordem concentram-se na área que os autores acima intitularam de Zona Sul Sociológica, que compreende a Zona Sul Geográfica e os bairros de Recreio dos bandeirantes, Barra da Tijuca e Centro, Tijuca Vila Isabel e adjacências. A área concentra boa parte das residências de classe média e alta bem como a maioria dos equipamentos culturais, atrações turísticas e prédios históricos.

A infraestrutura de instituições e serviços públicos também é, proporcionalmente, muito superior (qualitativa e quantitativamente) àquela

presente na Zona Oeste e nos demais bairros da Zona Norte – os quais, somados, compreendem a ampla maioria do território e da população do município.

A Zona Sul Sociológica compreende oito (8) das trinta e três (33) regiões administrativas da cidade, agregando trinta e quatro (34) dos cento e cinquenta e nove (159) bairros do Rio de Janeiro. A proporção em relação ao total pode ser observada na tabela abaixo segundo os locais onde serão desenvolvidas as ações pelo Choque de Ordem.

Tabela 1: Zona Sul sociológica e cidade: população e território⁹

	Zona sul Sociológica (a)	Total da cidade (b)	Percentual (a/b)
Área territorial Em km ²	274,02	1.224,56	22,4%
População (2000)	1.195.773	5.857.904	20,4%

Fonte: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

Esses dados são relativos à renda e propriedade, não são dados estratificados, por região administrativa, referentes à apropriação total de renda

⁹ Disponível em: http://geografias.net.br/papers/17_Rafael_Pablo.pdf. Acesso em: 25 de outubro 2014.

produzida no município. Dados relativos à renda domiciliar¹⁰ e renda originária do trabalho¹¹ identificam as regiões que são denominadas como classe média e classe média alta. Dessa forma observa-se que essa política só prioriza e restringem-se as áreas nobres da Cidade, enquanto que os outros bairros ficam em segundo plano.

3.3 O Choque de Ordem e a mídia

A discussão de Lautier (1991) propõe uma visão panorâmica da relação entre o poder municipal e os trabalhadores informais cariocas. Na dinâmica legalidade-ilegalidade, os órgãos responsáveis apresentam, de acordo com a ideologia de governo, ciclos de tolerância e convivência com duras repressões, estas tão bem noticiadas pela mídia. De acordo com Wacquant, (2008),

A criminalização dos pobres não se constitui em estratégia nova, basta lembrar a poor law entre outras legislações que expressam nitidamente as formas de controle dos pobres. A população “disfuncional” ao capital, por sua vez, constrói formas de resistência individuais e coletivas para sobreviver ao ataque das forças instituídas. Neste cenário, o Estado lança mão do aparato policial e do Judiciário no sentido de conter as “classes perigosas”.

Dessa forma, ainda que existam diferenças com relação às aplicações ou reflexos locais deste processo global, o discurso sobre “criminalização da pobreza” é característico do discurso que a mídia faz juntamente com o

¹⁰ Fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Pereira Passos (IPP) e Censo Demográfico 2000 elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizadas na área Bairros Cariocas do sítio Armazém de Dados, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

¹¹ Na tabela “Renda domiciliar per capita média do décimo mais rico”, todas as oito regiões administrativas em questão aparecem nos dez primeiros lugares. Eis as colocações: 1) Lagoa, 2) Barra da Tijuca, 3) Copacabana, 4) Botafogo, 5) Tijuca, 6) Vila Isabel, 8) Santa Teresa, 10) Centro. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra_ranking_ra.php?Cod_Tema=1055&area=06 Acesso em 15 de outubro de 2014.

governo sob a nova ordem instituída a partir da pressão das forças globalizantes patrocinadas pelo capital financeiro internacional e por grandes conglomerados transnacionais ligados aos setores produtivos e de serviços (Bauman, 1998; 1999; 2001; 2005; 2009).

O discurso que a mídia faz é um discurso que culpabiliza a população pauperizada a todo o momento de forma direta. A mídia a todo tempo escamoteia suas notícias e muitas vezes joga a sociedade contra os trabalhadores informais, assim, faz com que os mesmos sejam vistos como problemas na cidade, e não como trabalhadores que precisam desse sustento. Exemplo disso são as ações que constantemente acontecem no município do Rio de Janeiro em especial na zona Sul. A seguir um exemplo que revela a ambiguidade que se vê na forma como a mídia lida com o problema.

De acordo com Claudia Freitas do Jornal do Brasil (2014), o “Choque de Ordem”, fez mais uma de suas operações, que apreendeu de madrugada as mercadorias de ambulantes que trabalham na zona sul.

Conforme a autora, prestes a acontecer a Copa do Mundo no Brasil, a prefeitura do Janeiro realizou em 23/05/2014 operações especiais para o mundial, com os esquemas para a Segurança Pública e Ordem Pública. Porém, as primeiras ações da prefeitura já renderam muitas críticas e polêmica. Essas ações deu início na Lapa conforme (CRISTINA; DIEGO; MARIA, 2011), p 17.

Esse trabalho teve seu primeiro marco concreto com a realização do projeto “Lapa Legal”, criado em dez de junho de 2009 através do Decreto nº 30.798. Sua implementação já vinha sendo estudada desde fevereiro do mesmo ano, e consistiu prioritariamente na limitação das atividades de trabalhadores informais, além de sua quantidade e localização na região da Lapa – centro da cidade. Esse trabalho foi possível graças ao Decreto nº 30.588 de sete de abril de 2009, que “Cria o projeto empresa bacana, regulamenta o tratamento

diferenciado ao Microempreendedor Individual – MEI, no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro

O “Choque de Ordem” em Copacabana no mês de junho de 2014 devido ao acontecimento da Copa do Mundo teve como meta também em suas ações, reprimir e perseguir os trabalhadores informais, tanto da orla e das areias, quanto da Av. Nossa Senhora de Copacabana.

Observa-se o aumento do efetivo da guarda municipal naquele mês de junho, mês da Copa do Mundo, um megaevento na cidade, assim como aconteceu em outros, a exemplo do Rio mais 20, Copa das Confederações, visita do Papa Bento XVI, dentre outros megaeventos, o mais esperado após a copa é as olimpíadas que ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro em 2016. O maior enfoque em relação às ações se dá em especial, no bairro de Copacabana por ser um bairro famoso e por receber milhares de turistas anualmente.

3.4 A informalidade em Copacabana e a luta de classe

No bairro de Copacabana observa-se, no ano de 2014 as vésperas da Copa do Mundo, cada dia chega mais trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo os advindos da América Latina buscando melhores condições de vida. Houve um aumento significativo no que tange os trabalhadores informais que chegam de vários lugares. Estes trabalhadores, em algumas situações ilegais, não só no sobre sua regularização em relação às autorizações para trabalhar, mais também aqueles que não têm permissão para permanecer no país.

Como exemplos pode-se citar alguns os equatorianos, que chegam clandestinamente e permanecem no país em busca de melhores condições de vida. Acredita-se que este aumento se dá devido aos megaeventos que estão agendados na cidade.

Observa-se que na última década ocorreu um aumento na informalidade, não só por parte dos trabalhadores do Brasil, mas, também em relação aos imigrantes da América Latina, a exemplo dos equatorianos, argentinos e peruanos que desenvolvem pequenas atividades informais em parte da orla de Copacabana, além da presença de índios que expõem seus artesanatos, como forma de também ganhar seu sustento.

A racionalização do trabalho da era fordista exigia um trabalhador, que precisava de uma vida regrada, sem vícios, uma família estável e ser um consumidor dos produtos da “modernidade”. Esses requisitos tinham como objetivo à manutenção, além do espaço fabril, de um determinado equilíbrio que impedisse aos operários problemas de saúde advindos do novo modo de produção. Dessa forma, o trabalhador era visto como uma máquina, que deveria ter perfeito funcionamento para a realização das suas atividades nos espaços fabris. De acordo com Marcia da Silva Costa, 2010, a nova informalidade,

A partir dos anos 80, esse debate é transformado como reflexo das transformações do capitalismo e do crescimento do desemprego. As mudanças analíticas do problema da informalidade passam a se dar: 1) em torno da perda da centralidade e do dinamismo do setor secundário, ao menos no tocante à sua capacidade de gerar emprego, produto de uma reestruturação produtiva que abala os próprios fundamentos da relação salarial, cabendo destacar as experiências da subcontratação; e 2) em torno da crescente importância do setor terciário na absorção da força de trabalho, este tradicionalmente menos regulado e mais precário. Ainda segundo Silva, nesse novo contexto, disseminam-se as análises preocupadas em entender o processo de fragmentação e das diferenciações nas formas e conteúdos do trabalho e seus efeitos sobre a estratificação

social. No entanto, o tema da integração e não-integração, ou da inserção dos trabalhadores no processo de produção e distribuição da riqueza, continua como pano de fundo, ainda que essa questão-chave da *teoria da marginalidade* tenha sua versão contemporânea nas expressões *exclusão social, vulnerabilidade, precariedade*.

A população de baixa renda como os trabalhadores informais é relativamente excedente, no que tange a procura das empresas por mão-de-obra barata, dessa forma suprindo de forma imediata as “necessidades do capital”. (Marx N`O Capital; vol.1 apud Paul Singer, 1996)

Marx N`O Capital (vol.1) discute três categorias da população relativamente excedente: na primeira parte ele chamou a população excedente de “liquida”. Esta visa ampliar o número de empregos o mais rápido possível e de maneira imediata para atender as demandas das empresas, dessa forma pagando os salários compatíveis de acordo com a valorização do capital.

A segunda parte da população excedente segundo Marx é a “latente”. São trabalhadores que vivem da agricultura nos campos e estão perto de migrarem para as cidades devido às crises contínuas que atingem a sua produção e acabam forçando os mesmos a se deslocarem para as cidades, assim buscando novas formas para sua sobrevivência. No caso da realidade brasileira principalmente os agricultores do nordeste.

Mas é a última categoria que nos interessa neste trabalho “A terceira categoria da população relativamente excedente. A estagnada, forma parte do exército ativo do trabalho, mas com ocupação inteiramente irregular”. Esta existe como um enorme contingente de força de trabalho disponível para o capital. O padrão de vida desses trabalhadores é compatível ao padrão da valorização do capital. (Abril cultural, São Paulo, 1992, apud Paul Singer, 1996)

Comparando com base no nosso estudo empírico nesta pesquisa pode-se afirmar que a terceira categoria que Marx trata, diz respeito ao trabalho informal. No Município do Rio de Janeiro, esta categoria corresponde ao segmento estagnado da população excedente, onde o trabalhador desenvolve suas atividades inteiramente irregulares no seu cotidiano. Mapa do Trabalho Informal (1996),

Segundo Marx Marx N' O Capital (vol.1) Londres, em 1965-66, quando redigia o primeiro volume d' O Capital. Primeiramente trata-se do exército industrial ativo e não de reserva, este formado pelos sem-trabalho, pelos desempregados no sentido estrito do termo. Os desempregados vivem do seguro-desemprego (enquanto dura) ou são sustentados por economias ou pelo que ganham outros membros da família, enquanto ficam em tempo integral procurando emprego.

Para Marx muitos trabalhadores já desistiram de procurar emprego, tal como constatamos com base na nossa pesquisa muitos dos trabalhadores entrevistados já não buscam mais por emprego formal.

Então de acordo com Livya Bernardes (2005) podemos refletir que o ambiente em que esses trabalhadores desenvolvem suas atividades é reproduzido em muitas cidades do país, principalmente nas grandes metrópoles a exemplo das capitais, Rio e São Paulo. É sabido que essas relações de trabalho na qual os mesmos estão inseridos aumenta a diferença social entre trabalhadores formais e informais. Visto que em sua ampla maioria esses trabalhadores estão à margem da sociedade, em sua maioria não contribuem para previdência, perdendo o direito ao socorro social quando necessitar do mesmo.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2003) evidenciam que 51% da população trabalhadora se encontram fora do mercado

formal, o que indica a vivência de uma população trabalhadora que está diretamente jogada na invisibilidade.

Outro fator importante a ser levantado, é acerca dos produtos que os trabalhadores informais vendem para sua sobrevivência. Rodrigo Castelo Branco 2006 apud MARX, 2004 [1844], p.92, grifos do autor.

Com a formulação da categoria fetichismo da mercadoria, Marx determina a raiz sócio-econômica da generalidade da alienação contida nos Manuscritos de Paris, correlaciona a pobreza diretamente com a propriedade privada burguesa e os baixos salários pagos aos trabalhadores. Expropriados dos seus meios de produção, os proletários, sob coação econômica, vão ao mercado oferecer a única mercadoria que lhes resta – sua capacidade viva de trabalho – para, em troca, receberem um salário capaz de lhes prover a subsistência. A questão é que a concorrência entre os trabalhadores faz com que o preço dessa mercadoria caia a um nível muito baixo, equivalendo ao mínimo da sobrevivência biológica de um ser humano. “As carências do trabalhador são assim, para ela [economia política burguesa], apenas a necessidade de conservá-lo durante o trabalho, a fim de que a raça dos trabalhadores não desapareça”.

Existe uma parcela da população pauperizada que só tem acesso a determinados produtos vendidos pelos comerciantes de ruas, pelos camelôs, devido não poder consumir produtos vendidos com valores muito altos pelo comércio formal.

O desemprego provoca um aumento de trabalhadores informais nos espaços urbanos e de circulação dos pedestres. Percebe-se o retorno às velhas barracas e vendedores espalhados não só no bairro de Copacabana, mas, por toda a cidade do Rio de Janeiro. O então Prefeito ao iniciar o ordenamento público com o Choque de Ordem, para retirar das calçadas os trabalhadores informais, a que dá lugar a inúmeros confrontos entre trabalhadores, fiscais do Choque de Ordem e da GM-Rio com o objetivo de alcançar a ordem pública.

Portanto enquanto perdurar esse sistema de exploração e miséria, Prefeitos como Eduardo Paes, empossados diretamente para defender os interesses das classes dominantes, irão atacar trabalhadores indiscriminadamente com o pretexto de promover "ordem" e "segurança" para o espaço público, ao custo da eliminação de todos os direitos dos mais pobres, nesse caso principalmente o trabalho.

CAPÍTULO 3 - PERFIL DOS TRABALHORES INFORMAIS E OS ENFRENTAMENTOS JUNTO A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NO BAIRRO DE COPACABANA

4.1 Introdução

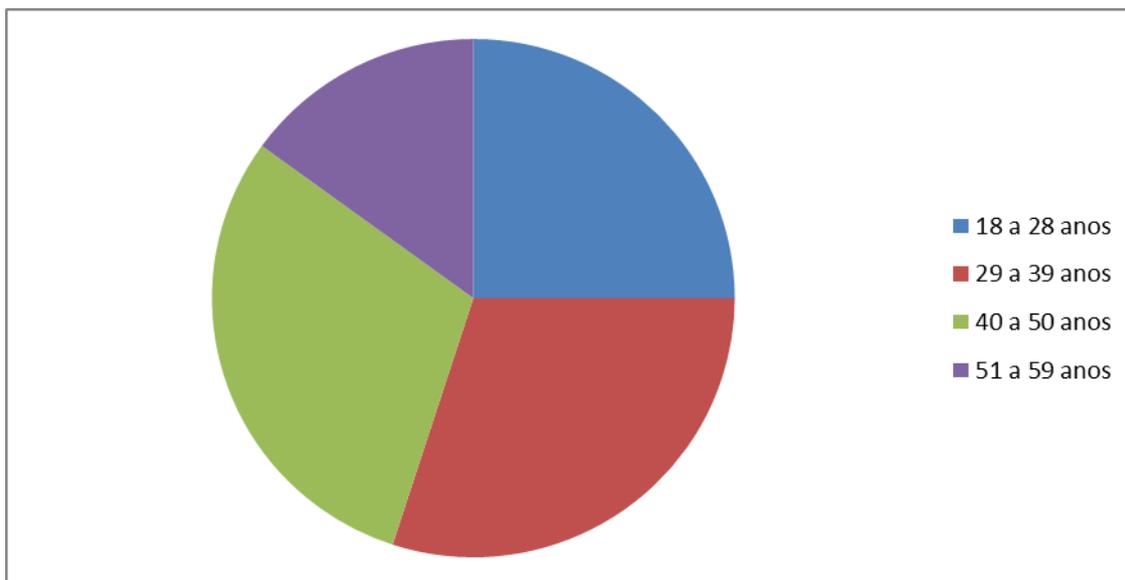
Neste capítulo, temos como objetivo discutir as questões levantadas e analisá-las, após a aplicação dos questionários junto aos trabalhadores informais do bairro de Copacabana.

Para a coleta de dados, elaboramos um roteiro de entrevista (anexo) que permitiu nortear nossa abordagem junto a vinte (20) trabalhadores que fazem parte deste estudo.

Este questionário levantou questões junto aos trabalhadores informais como faixa etária, sexo, grau de instrução, local de moradia, composição familiar, tempo de trabalho no bairro de Copacabana, renda, Estado ou País de origem, categoria trabalhista que se consideram inseridos, percepção que possuem em relação ao choque de ordem, perspectiva de saírem das ruas, contribuição com a previdência social, sugestões para mudança na abordagem do choque de ordem, domínio sobre as leis que os respaldam e motivos que os levaram a trabalhar nas ruas.

4.2 Dados de Identificação

Iniciamos nossa pesquisa, apresentando esses profissionais por faixa etária, como podemos verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Perfil dos Entrevistados por Faixa Etária:

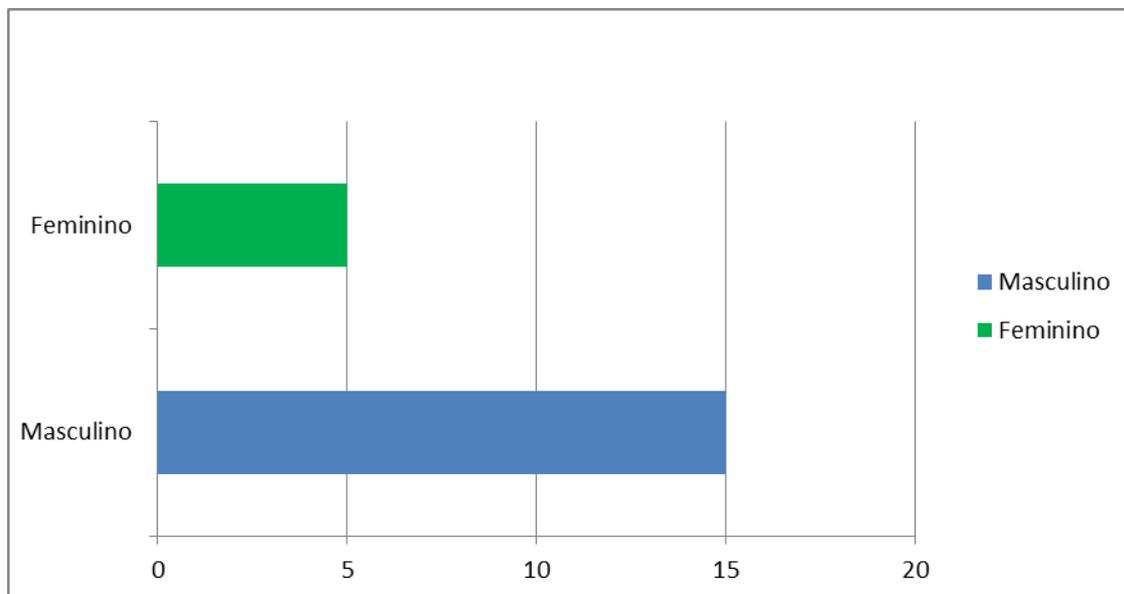
Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre abril e maio de 2014.

Os trabalhadores com idade de dezoito (18) a vinte e oito (28) anos, estão representados por cinco (5) correspondendo a 25 %. Já os que estão na faixa etária de vinte e nove (29) a trinta e nove (39) anos são seis (6) correspondendo a 30%. Os trabalhadores com idade de quarenta (40) a cinquenta (50) anos foram de seis (6) correspondendo a 30%, e os com idade de cinquenta e um (51) a cinquenta e nove (59) são três (3) correspondendo a 15%.

Como podemos observar quanto à faixa etária temos um maior número de trabalhadores entre 29 e 50 anos, correspondendo a 60% dos entrevistados.

4.3 Perfil dos Entrevistados por Gênero:

Gráfico 2 – Perfil dos Entrevistados por Gênero:



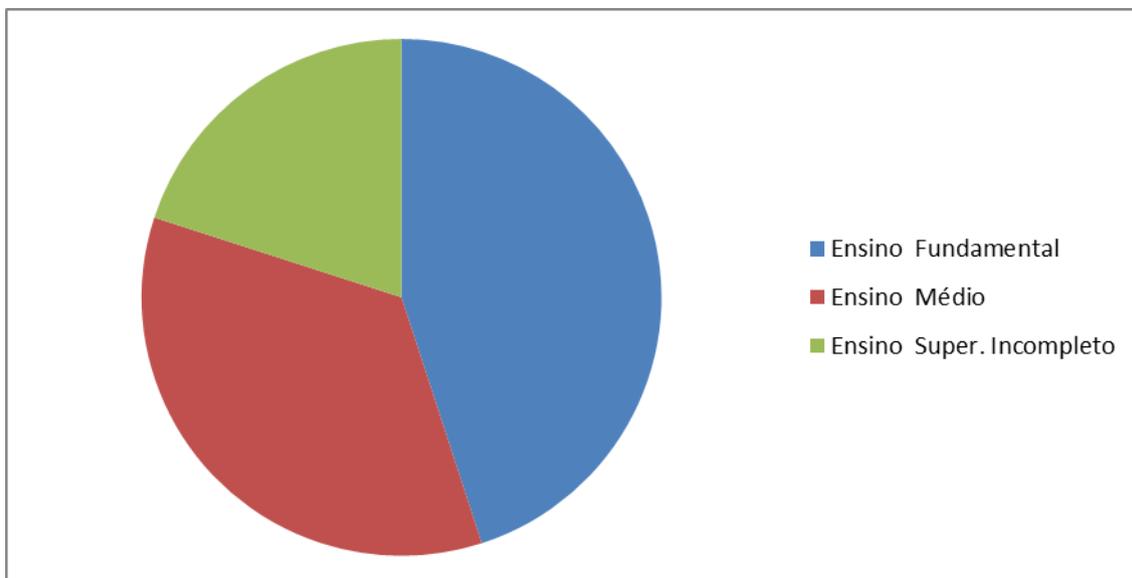
Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre abril e maio de 2014.

Com base no gráfico apresentado se constatou que 75% quinze (15) trabalhadores entrevistados são do sexo masculino, e os 25% cinco (5) trabalhadores entrevistados são do sexo feminino. Observamos na figura 2 que o percentual de mulheres que estão inseridas no mercado informal, trabalhando nas ruas como trabalhadoras informais, ainda se mostra pequeno em comparação aos homens.

Conforme observei durante as entrevistas e a minha própria experiência me deparei com a realidade das mulheres, a cada ano que passa existe um aumento destas no mercado de trabalho informal.

4.4 Perfil dos Entrevistados quanto ao Nível de Escolaridade

Gráfico 3 - Grau de Instrução dos Entrevistados:



Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre abril e maio de 2014.

Com base nos dados apresentados pelo gráfico acima 45% dos trabalhadores, nove (9), concluiu o ensino fundamental e representam a maioria, em seguida os que cursaram o ensino médio sete (7) dos entrevistados correspondem a 35%, e por fim a minoria, aqueles que cursaram, mas não concluíram o ensino superior num total de quatro (4) que correspondem a 20%.

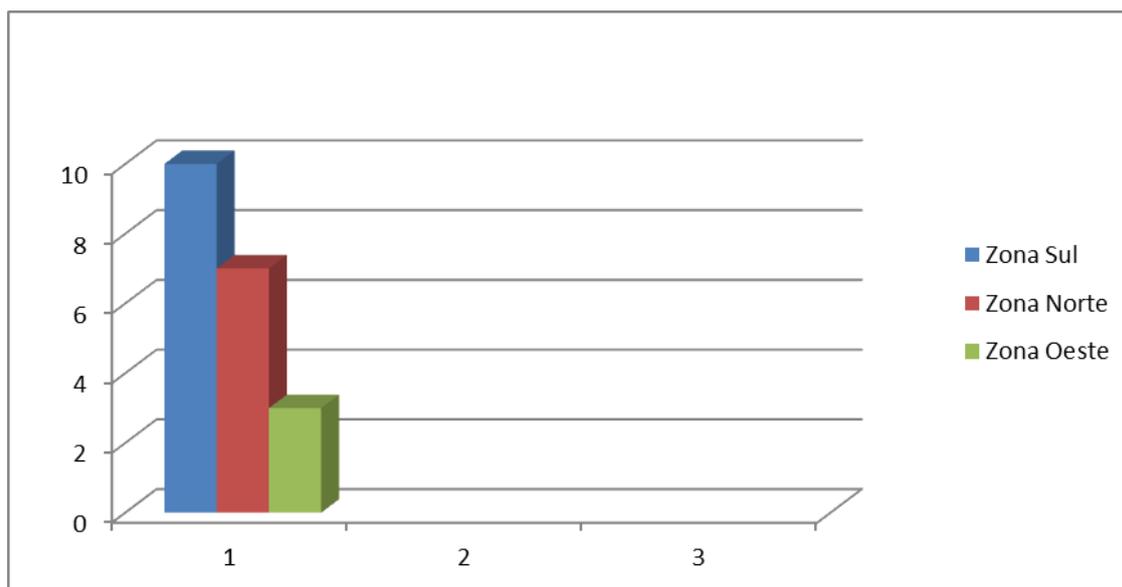
Desta forma observa-se que a maioria dessa população de trabalhadores informais se encontra com baixa escolaridade.

De acordo com as entrevistas 45%, relataram que não conseguiram terminar seus estudos por vários motivos, como podemos citar conforme os relatos: o sustento da família em primeiro lugar, a idade como barreira para o retorno aos estudos, falta de qualificação para o mercado formal, dentre outros fatores que são determinantes para apresentarem baixa escolaridade. Segundo

o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) 2011, no mercado de trabalho brasileiro, a população mais escolarizada tende a procurar postos de trabalho de caráter formal.

4.5 Perfil dos Entrevistados quanto ao Local de Moradia

Gráfico 4 – Local de Moradia dos Entrevistados:



Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre maio e junho de 2014.

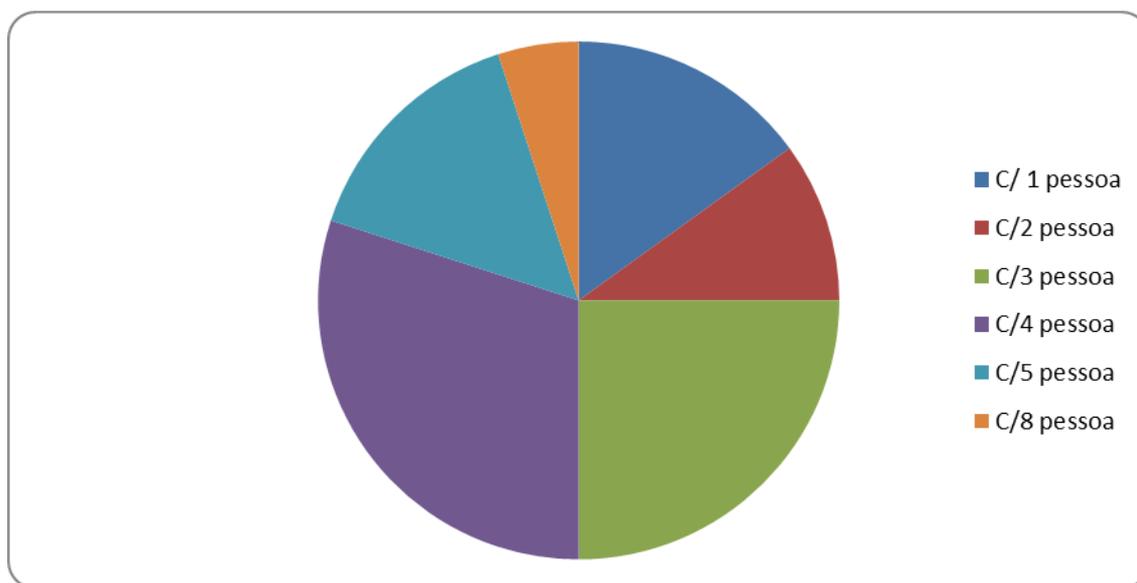
De acordo com o gráfico apresentado acima, observa-se que dez (10) dos trabalhadores entrevistados 50%, a maioria, mora na zona sul, já os que moram na zona norte sete (7) dos entrevistados correspondem a 35%, moradores da zona oeste, são a minoria três (3) dos entrevistados equivalendo a com 15%.

Moradia não foi um dado investigado nas entrevistas, porém pude constatar durante minha experiência como trabalhador informal, o quanto é importante para esses trabalhadores viverem perto do seu ambiente de trabalho.

Mesmo não sendo especificamente investigado, a partir dos relatos feitos no processo de entrevista foi possível constatar que, cerca de 50% dos trabalhadores informais do bairro de Copacabana, mora próximo aos locais de venda e paga aluguel porque facilita o acesso ao trabalho evitando gastos como, transportes e outros fatores que acabam reduzindo despesas. São pessoas moradoras de comunidades carentes, que vivem em situação de vulnerabilidade social sem saneamento básico, posto de saúde, dentre outras políticas públicas ausentes.

4.6 Perfil dos Entrevistados Quanto a Composição Familiar

Gráfico 5 – Composição familiar dos entrevistados:



Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre maio e junho de 2014.

Quadro 1- Composição Familiar dos Entrevistados

Famílias	Nº de Entrevistados	Percentual
C/ 1 pessoa	(03)	15%

C/2 pessoas	(02)	10%
C/3 pessoas	(05)	25%
C/4 pessoas	(06)	30%
C/5 pessoas	(03)	15%
C/8 pessoas	(01)	5%

Compreende-se através dos relatos, que não há nenhum grupo com família constituída por seis (6) pessoas, porém as famílias com quatro (4) pessoas são o maior percentual como apresentado no gráfico acima.

De acordo com o IBGE (2001) a família brasileira fica menor e tem nova cara a partir dos anos de 1980.

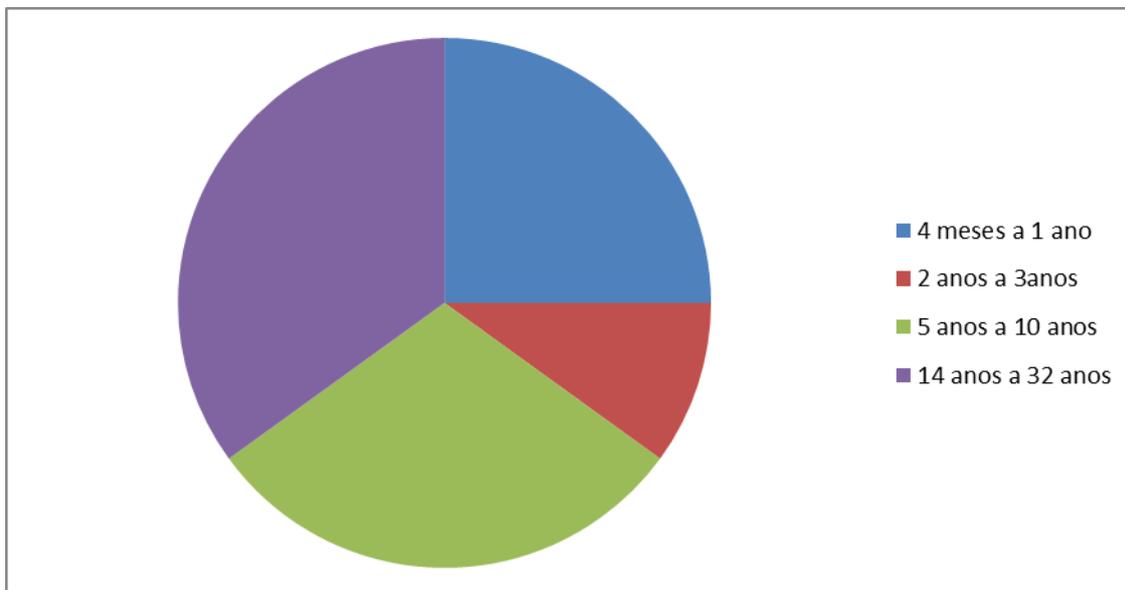
O tamanho das famílias brasileiras, que na década de 1980 foi de 4,5 pessoas em média, chega ao fim dos anos 1990 com apenas 3,4 pessoas. A família tradicional, composta pelo casal com filhos, caiu de quase 60%, em 1992, para 55%, em 1999, ao mesmo tempo em que aumentou a proporção de outros tipos de composição familiar: de mulheres sem cônjuge e com filhos (de 15,1% para 17,1%) e de casal sem filhos (de 12,9% para 13,6%). Cresce também o número de pessoas vivendo só, representando 8,6% em todo o país. As Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (13,5%) e Rio de Janeiro (11,3%) apresentaram as maiores proporções de pessoas vivendo sozinhas. A redução do tamanho da família pode ser explicada, sobretudo, pela acentuada queda na taxa de fecundidade nas últimas três décadas, de 5,8 filhos, em 1970 chega a 1999 com 2,3 filhos.

A renda aparece como determinante do tamanho das famílias, sendo o número de filhos e de pessoas inversamente proporcional à renda familiar. Em 1999, uma família com renda *per capita* até 1/4 do salário mínimo tinha, em média 5 pessoas enquanto uma família com renda *per capita* de mais de 5 salários mínimos tinha, em média, 2,7 pessoas¹².

¹²Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtml>. Acesso em: 9 de dezembro 2014.

4.7 Perfil dos Entrevistados quanto ao tempo que trabalham no Bairro de Copacabana

Gráfico 6 - Quanto Tempo os Entrevistados Trabalham em Copacabana:



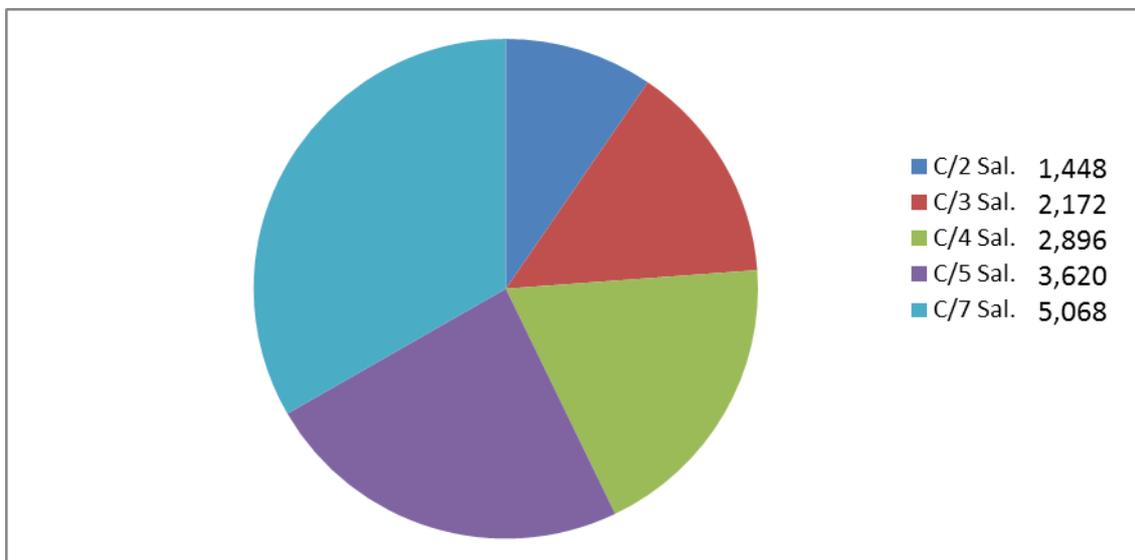
Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre maio e junho de 2014.

De acordo com o gráfico apresentado acima, o tempo de quatro (4) meses a um (1) ano, cinco (5) representa 25% dos entrevistados, aqueles com dois (2) a três (3) anos, dois (2) são 10% do universo, cinco (5) a dez (10) anos, seis (6) trabalhadores, representam 30% dos entrevistados, já os com quatorze (14) a trinta e dois (32) anos, são sete (7) e representam 35% dos entrevistados.

De acordo com os relatos, observou-se que existe um número significativo destes trabalhadores que está há muito tempo neste mercado. Pode-se associar este dado às várias formas de exploração que constituem o modelo de produção capitalista atual.

4.8 Perfil dos Entrevistados Quanto a Renda Mensal

Gráfico 7 - Renda Mensal dos Entrevistados:



Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre maio e junho de 2014.

O gráfico acima nos mostra dois grandes grupos de: os com dois (2) salários, oito (8) representam 40% dos entrevistados, trabalhadores com três (3) salários, ambos com oito (8) trabalhadores representando cada 40% dos entrevistados. E os com quatro (4) salários dois (2) trabalhadores que representam 10% dos entrevistados, que recebem cinco (5) salários, temos um (1) trabalhador representa 5% dos entrevistados, e com sete (7) salários, um (1) entrevistado do universo pesquisado.

Estes últimos que ganham acima de quatro (4) salários se consideram microempresários e já está há muito tempo mercado informal, pretendem porém sair das ruas para montar seu próprio negócio.

Observamos que a média dos salários dos trabalhadores informais como mostra a figura acima, é de dois (2) a três (3) salários mínimos. No entanto, durante nossa abordagem, os entrevistados informaram que no período do

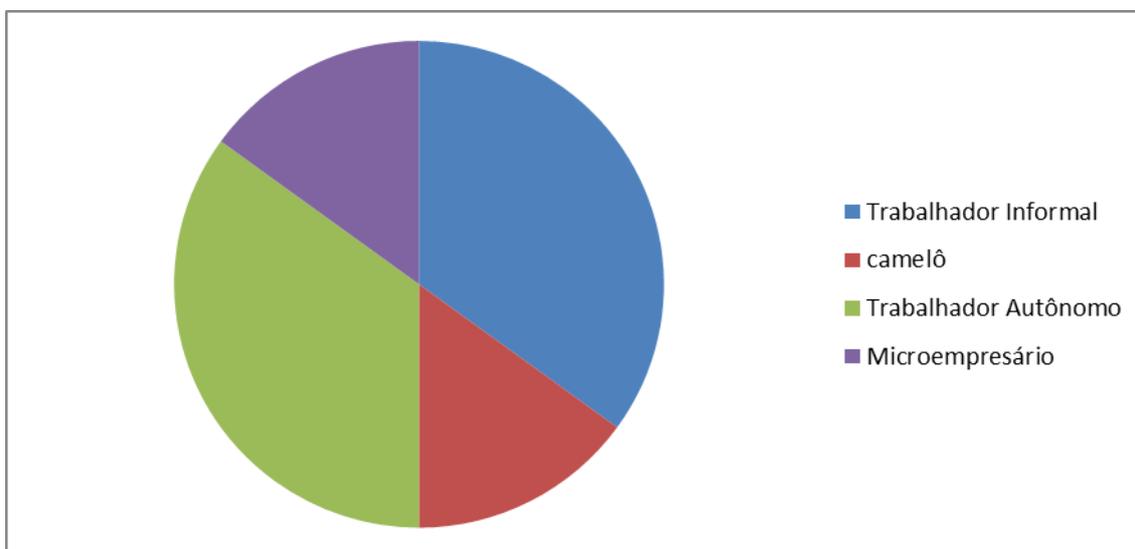
verão (que costumam chamar de alta temporada) tendem a aumentar a renda. De acordo com o Portal Brasil (2014).

O salário médio do trabalhador brasileiro subiu 2,36% no primeiro trimestre de 2014, em relação ao mesmo período anterior. Passou de R\$ 1.138,46, em 2013, para R\$ 1.166,84. O salário das mulheres também subiu em relação ao dos homens, em torno de 2,72%. Os dados referem-se ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nessa quinta-feira (17/11/2014) pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) afirma ainda que em comparação com a média nacional, 40% dos trabalhadores informais estão com salários na média, e aqueles que se encontram com salários acima da média correspondem a 60% dos entrevistados, o que se constatou nos relatos das entrevistas.

4.9 Perfil dos Entrevistados Quanto a sua Identificação

Gráfico 8 - Categoria que os Entrevistados se Inserem:



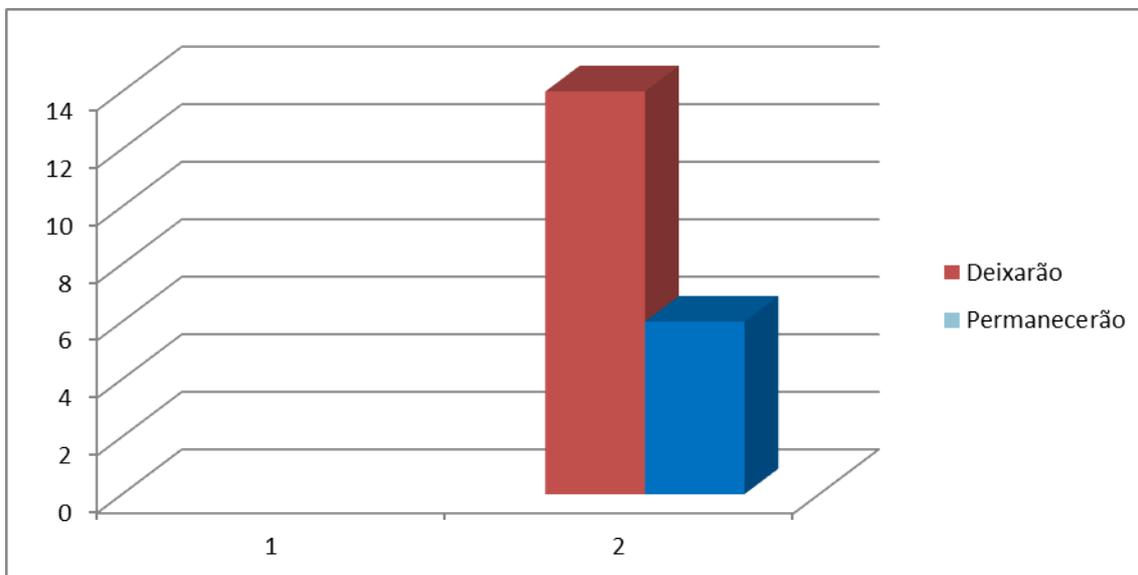
Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre maio e junho de 2014.

Com base no gráfico acima dividimos em quatro os grupos de trabalhadores: o primeiro grupo, de sete (7) que corresponde a 35% dos entrevistados se auto afirmam trabalhadores informais, o segundo grupo com três (3) corresponde a 15% dos entrevistados se autodenominam camelôs, o terceiro grupo com sete (7) representa 35% dos entrevistados se consideram autônomos, e por último novamente três (3) correspondendo a 15% dos trabalhadores do universo entrevistado se consideram microempresários.

Percebe-se que os entrevistados que se consideram trabalhadores informais e autônomos, somados representam mais da metade com um percentual de 70%. Enquanto a minoria que se considera microempresários, três (3) trabalhadores coincidem justamente com aqueles que ganham acima de quatro (4) salários mínimos: como o entrevistado número oito (8) que trabalha há cinco (5) anos nas ruas ganhando atualmente sete (7) salários mínimos o equivalente a cinco mil e sessenta e oito reais (5.068) por mês. O entrevistado número um (1) que trabalha há apenas três (3) anos nas ruas informa que têm ganhado mensalmente cinco (5) salários mínimos o equivalente a três mil seiscientos e vinte reais (3.620).

4.10 Perfil dos Entrevistados que Pensam em Deixar a Profissão

Gráfico 9 – Entrevistados que Pensam em Deixar a profissão:



Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre agosto e setembro de 2014.

De acordo com o gráfico apresentado acima, quatorze (14) dos entrevistados correspondem a 70% dos que almejam outro tipo de profissão, enquanto seis (6) dos entrevistados corresponde a 30% dos que continuaram nessa profissão. Estes afirmam nos relatos que isto é devido à dificuldade que há para conseguir um emprego com os mesmos ganhos do emprego formal. Dizem ser muito difícil, pois tem o fator escolaridade, idade e tempo fora do mercado de trabalho formal, razão pela qual acabaram ficando no mercado informal.

Com isso, hoje estes trabalhadores dependem das ruas para trabalhar e atender suas necessidades e de suas famílias.

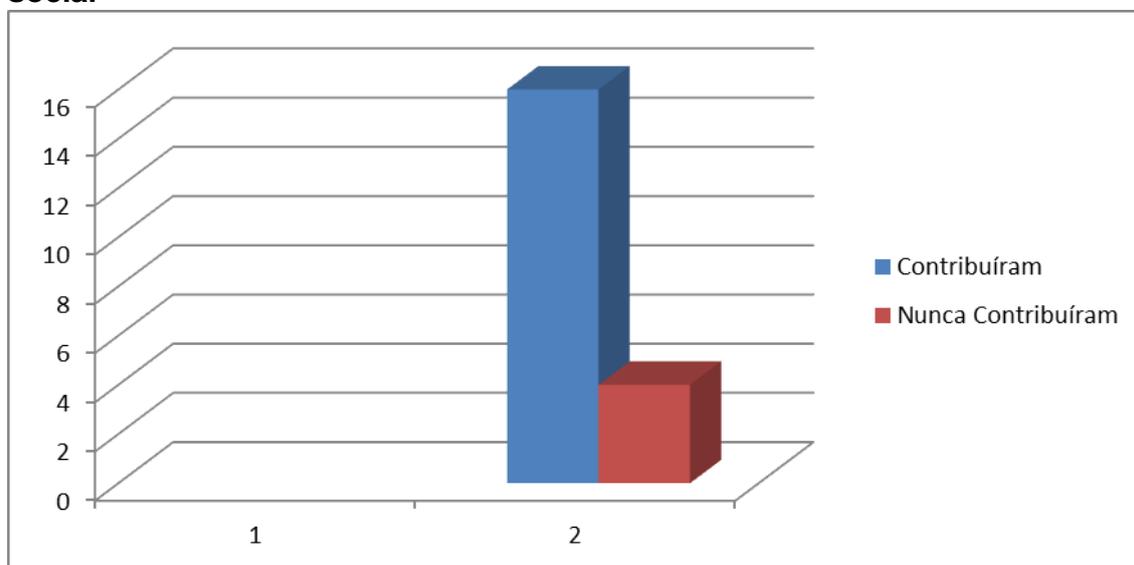
O cenário nacional da década de 2000 mostra que, a população brasileira relativamente pauperizada não tem oportunidade digna e igualitária

nos postos de trabalho oferecidos pelo governo, e para tanto não existe vaga suficiente de emprego formal para essa parcela da população.

Dessa forma pode-se constatar que o alto índice de desemprego vem agravando a possibilidade de permanência no mercado de trabalho formal e com isso percebe-se um crescimento constante destes trabalhadores informais em diversos espaços urbanos como alternativa de sobrevivência.

4.11 Perfil dos Entrevistados quanto Contribuição para Previdência Social

Gráfico 10 – Entrevistados que já contribuíram para a previdência social



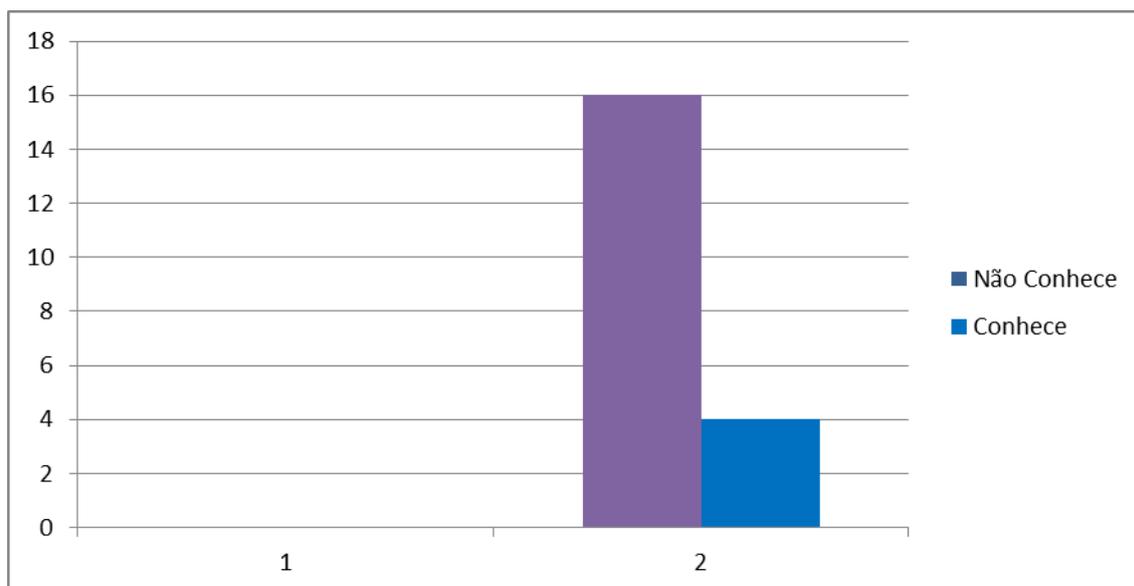
Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre agosto e setembro de 2014.

Conforme o relato esse percentual divide-se em dois grupos; os que ainda contribuem oito (8) representados por 40% dos entrevistados e os que deixaram de contribuir oito (8) representados por 40% somando os dois grupos representam um total de 80% dos entrevistados que contribuíram ou não com a previdência social. Os quatro (4) restantes representam 20% dos entrevistados os quais nunca contribuíram: todos relataram “que esperam se

aposentar por idade ou arrumar um emprego com vínculo trabalhista (carteira assinada)”. Como podemos observar no gráfico acima.

4.12 Perfil dos Entrevistados sobre conhecimento em relação ao Código de Postura

Gráfico 11 – Conhecimento do Código de Postura do Município do Rio de Janeiro:



Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre agosto e setembro de 2014.

O gráfico acima está dividido em dois grupos; no primeiro grupo, aqueles que não conhecem o Código de Postura no Município do Rio de Janeiro, dezesseis (16) dos entrevistados correspondem a 80%, dos que não conhecem as leis do Código de Postura, enquanto que no segundo grupo, quatro (4) dos entrevistados representa 20% dos que conhecem.

É importante ressaltar que esses que não conhecem os direitos que está previstos no Código de Postura do Município do Rio de Janeiro, são

desrespeitados, na maioria das abordagens feitas pelos agentes da (GM-Rio) e os fiscais do Choque de Ordem.

De acordo com Dantas do Vale (2011) o "choque de ordem" da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro é um crime contra os trabalhadores informais do bairro de Copacabana, pelo fato como age o pessoal do controle urbano desrespeitando o direito ao trabalho.

Em Copacabana ou em qualquer área que seja eu acredito que a ordem é preciso, em todo meio é preciso que haja uma hierarquia, agora a forma como é operada é perversa e até desumana eu não vejo nada que venha fluir um bom exemplo, porque no "supapo" não se resolve nada, antes tem que ser avisado e conversado, que um diálogo poderá chegar a uma circunstância boa, agora no "supapo"! se tem que reprimir o comércio que eles dizem informal, que cheguem e conversem e dê condição de trabalho, mas chegar no "supapo" e muitas vezes até espancando quando o cidadão não tem o direito a expressão nem de reivindicar ou melhor reivindicar não exigir os seus direitos, quando a constituição diz que todo trabalhador é digno do seu salário então eu não acho perfeito o Choque de Ordem eu acho perverso e desumano é a minha visão" (entrevistado 17).

Tem que acabar o Choque de Ordem porque eles roubam o trabalhador, tem que fazer a segurança da praia e não correr atrás de trabalhador" (entrevistado 11).

As críticas acima estão cconforme o que está previsto na Constituição Federal de 1988¹³ que define o Brasil como um Estado Democrático, para assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

¹³Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em : 30 de nov. 2014.

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

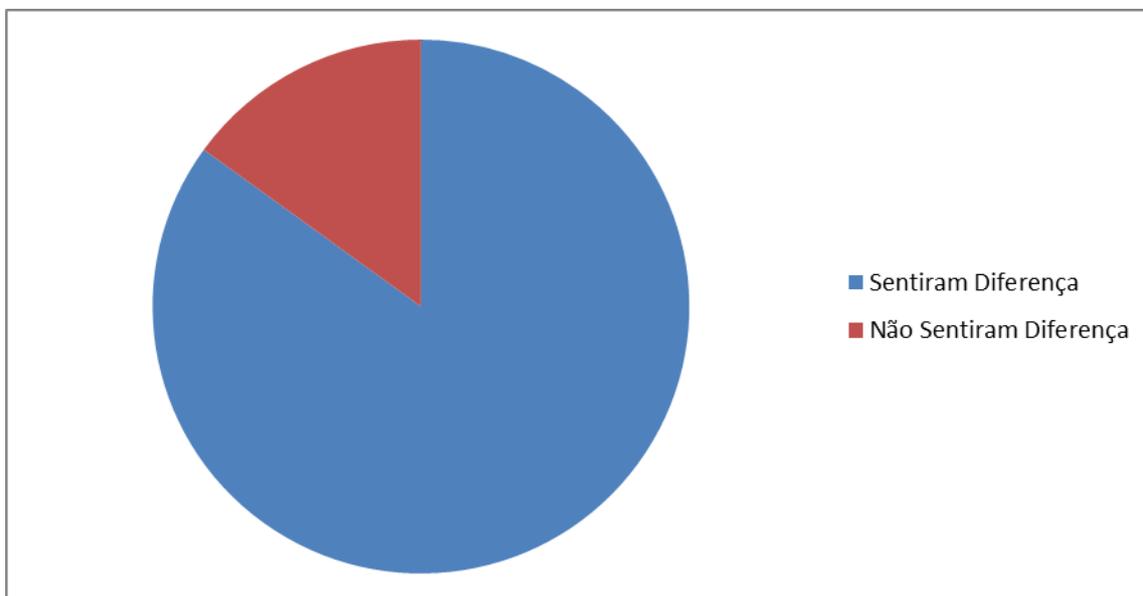
Os guardas, em sua grande maioria, não estão preparados para lidar com situações conflitantes. Os vendedores são desrespeitados pela Prefeitura, que não faz cadastro para ambulantes em geral desde o ano de 2006, criando assim grandes problemas para quem quer trabalhar de forma honesta.

O Código de Postura resguarda o cidadão trabalhador de qualquer forma de atuação da política de Choque de Ordem que venha ferir sua integridade física mental e psicológica. No entanto, aqueles que são mais desrespeitados, em sua maioria não sabem seus direitos e com isso acabam sendo alvo fácil para os agentes da guarda e os fiscais do Choque de Ordem que além de agirem com autoritarismo levam as mercadorias, e ainda assim não dão o lacre para os trabalhadores informais depois retirarem suas mercadorias no depósito da prefeitura.

Dessa forma os trabalhadores ficam com medo de se aproximar dos mesmos, pois se cria uma barreira que vai perdurando ao longo do anos e também se observa um maior distanciamento dos trabalhadores em relação ao poder público por não haver nenhuma possibilidade de diálogo.

4.13 Perfil dos Entrevistados sobre as Abordagens Feitas nos Megaeventos

Gráfico 12 – Percepção na Forma de Abordagem Durante os Megaeventos:



Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre agosto e setembro de 2014.

Durante as entrevistas foram dezessete (17), 85%, os trabalhadores que informaram sentir diferença nas abordagens feitas no período dos megaeventos, enquanto três (3), 15%, não sentiram diferença durante as abordagens.

Foram feitas as seguintes perguntas de caráter subjetivo quanto à visão que os trabalhadores informais possuem em relação à postura da GM-Rio e dos fiscais do Choque de Ordem, durante os megaeventos: 1- Por que trabalha como camelô; 2- Sentiu se há alguma diferença nos períodos sem eventos em relação à política de Choque de Ordem; 3 - Sobre sugerir algo para mudar a política de segurança pública Choque de Ordem; 4 - Sobre se ou já vivenciou experiências em outros governos.

Sobre se os trabalhadores informais sentiram diferença nas abordagens do Choque de Ordem durante os megaeventos, constatou-se através dos relatos, que os entrevistados com maior número percentual no total de 85% sentiram uma grande diferença quanto aos grandes eventos que há em Copacabana, segundo os mesmos relataram que nesse período os guardas municipais e os fiscais do Choque de ordem:

“Pegam mais mercadorias, correm mais atrás, tem um maior efetivo de fiscais e guardas municipais na orla e nas ruas de dentro” (entrevistado 1).

“São mais brutos maus educados, perturbam muito os camelôs, implicam mais com os trabalhadores” (entrevistado 8).

“Nos megaeventos eventos os guardas correm mais atrás de nós não deixam agente trabalhar pegam nossas mercadorias” (entrevistado 5).

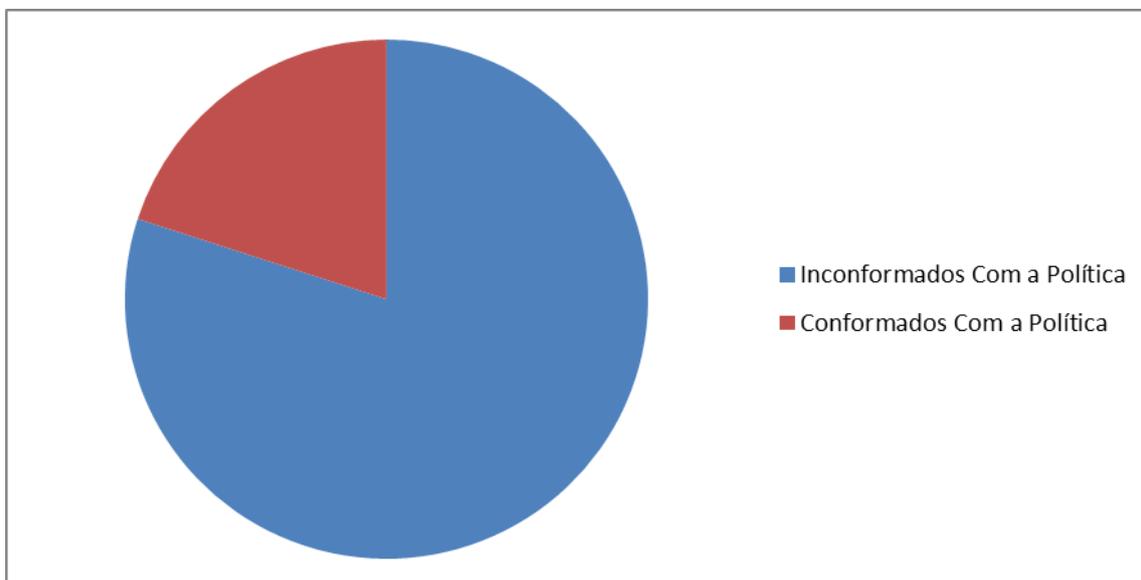
“Nos grandes eventos se corre mais dos guardas municipais eles ficam muito em cima de nós e não deixam agente trabalhar em paz” (entrevistado 9).

“Quando tem eventos, tem mais fiscalização muitos guardas municipais nas ruas, eles não deixam ninguém trabalhar e levam nossas mercadorias” (entrevistado 6).

O que não significa que durante o ano eles não o façam, pelo contrário amenizam nos períodos sem eventos, mas não deixam de agir de forma repressiva nas abordagens junto aos trabalhadores.

4.14 Perfil dos Entrevistados quanto a Sugestões para Mudanças na abordagem do Choque de Ordem

Gráfico 13 – Sugestões Quanto a Mudanças na Abordagem do Choque de Ordem



Fonte: entrevistas feitas pelo autor deste trabalho entre agosto e setembro de 2014.

Os entrevistados se encontram divididos em dois grupos: como mostra a figura acima no primeiro grupo, dezesseis (16) correspondendo a 80% dos entrevistados se mostram inconformados com a Política de Choque de Ordem, por outro lado, quatro (4) representados por 20%, estão conformados com o atual modelo de Política de Segurança.

Aqueles que se sentem inconformados com o Choque de Ordem, sugeriram algumas ideias para mudanças desta política. Vejam-se os relatos dos entrevistados a seguir:

“Que o Choque de Ordem deixasse um horário livre para o trabalho sem guardas municipais e outro horário, para os guardas correrem atrás dos trabalhadores informais” (entrevistado 1).

“Reeducação da postura e da fala dos guardas municipais em relação ao abordarem os trabalhadores diante dos trabalhadores” (entrevistado 2).

“Que os guardas não mexam tanto com os camelôs, os guardas precisam passar por um curso profissional pra lidar com os trabalhadores e não chegar agredindo” (entrevistado 4).

“Eles precisam ser mais informados para melhorar a atuação, monitorar os agentes da GM-Rio e os fiscais do Choque de Ordem e tirar o Prefeito Eduardo Paes porque antes com o outro prefeito não era assim” (entrevistado 5).

“Pra respeitar as pessoas que trabalham porque nem todo mundo é vagabundo como eles acham, eles deveriam incentivar as pessoas que trabalham honestamente, é menos ladrão nas ruas” (entrevistado 16).

A minoria conformada com a política faz os seguintes relatos:

“Por enquanto está bom; pelo menos não enche de camelô” (entrevistado 6).

“Por eu estar há pouco tempo nas ruas não sei dizer” (entrevistado 7).

“O Choque de ordem teria que abrir mais espaços públicos para mais camelôs, do jeito que está tá bom” (entrevistado 10).

Durante nossas abordagens podemos sinalizar que em sua grande maioria, estes trabalhadores ficam nas ruas cerca de dez (10) horas por dia, todos os dias da semana e a falta de opção por um trabalho formal, ou a falta de interesse em mudar, torna necessário programar medidas para reverter esta situação. No entanto o que se observa é uma postura violenta por parte dos representantes do Estado.

Com o crescimento do trabalho informal, foi necessário um processo de reestruturação no Estado do Rio de Janeiro.

A opção política tanto a nível nacional como municipal, foi a implantação dos camelódromos, que surgiram influenciados por diversos movimentos que ocorreram em diferentes partes do mundo. A implantação dos camelódromos surgiu como uma alternativa encontrada pelo poder público para a crescente

taxa de desemprego e como uma forma de entrada dos trabalhadores através da economia informal diante da intensa ocupação dos logradouros públicos por vendedores ambulantes, principalmente nos locais mais movimentados da Cidade.

Contudo, não foi obtido o resultado esperado pela prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que tinha como objetivo retirar os camelôs das vias públicas, já que após a implementação dos Camelódromos, ainda se observa um quantitativo significativo de trabalhadores informais em diversas ruas do bairro.

O Estado, caracterizado aqui pelo governo municipal, não estabeleceu o perfil destes trabalhadores para a implantação dos camelódromos. Determinou apenas uma série de regras a serem cumpridas para a manutenção e o funcionamento dos mesmos. Nas entrelinhas, o Estado utiliza essas precárias formas de inserção no mercado de trabalho como uma alternativa para que ocorra uma redução no exército industrial de reserva no que tange a mão-de-obra ociosa.

A precarização da força de trabalho e do próprio trabalho está tão presente na sociedade atual que fica evidente a ausência do poder público para garantir a qualidade do trabalho e legalidade das relações estabelecidas quanto ao desordenamento destes espaços públicos o que leva o Choque de Ordem a se tornar uma política pública que ao invés de proteger o cidadão assume tendências repressivas com uma postura violenta interminável.

5. Conclusão

Ao analisar as normas que regem a política de Choque de Ordem voltada ao ordenamento dos espaços públicos nas calçadas da cidade do Rio de Janeiro, em particular no bairro de Copacabana, compreende-se que esse é um espaço de conflitos de interesses. Conflito que se constata desde o início do século XX: as ações de antes voltam a ser reproduzidas durante o decorrer do século XX e continuam na década de 2000.

Nesse sentido a prefeitura do município do Rio de Janeiro vive um retrocesso no que tange a política de segurança pública Choque de Ordem. Podemos fazer uma analogia com o governo Pereira Passos, que na sua política tinha o objetivo semelhante ao do atual prefeito Eduardo Paes, ambos buscam o mesmo objetivo em suas políticas tais como: um conjunto de intervenções radicais, justificadas com a defesa da “higienização” dos espaços urbanos públicos e melhoria da circulação pública.

No século XX o prefeito Pereira Passos buscava tirar das ruas como forma de “higienização” aqueles ambulantes que viviam em situação de vulnerabilidade social, pois trabalhavam nas ruas do centro da cidade e dependiam das vendas dos produtos do seu senhor, mas eram tratados como marginais e retirados à força. Não diferentemente em pleno século XXI o atual prefeito Eduardo Paes através do Decreto nº 30.339 de primeiro de janeiro de 2009 criou a política de Choque de Ordem com as mesmas características.

Pode-se observar assim, que essas são razões que levaram a estudar o objeto e que são de suma importância para sua compreensão: a abordagem feita por agentes da guarda municipal e fiscais a partir da política pública de

Choque de Ordem, no que se refere aos trabalhadores informais no bairro de Copacabana.

De acordo com a hipótese que orientou a pesquisa, observou-se que a Política de Segurança Pública da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP) além de praticar uma intervenção com caráter repressivo no cotidiano dos trabalhadores, constatou-se também que intensifica suas ações quando da realização de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, configurando-se como uma ação de “limpeza urbana” como forma de controle para “manutenção da ordem”.

Durante os períodos de megaeventos a exemplo da Copa do Mundo entre os meses de junho e julho de 2014, conforme as entrevistas observou-se que o prefeito vem adotando uma política pública que busca focar apenas em bairros nobres principalmente na área da zona Sul em particular Copacabana, por ser um bairro antigo e famoso em todo mundo por sua beleza natural e pelo turismo que, importante frisar, é umas das fontes de subsídios para prefeitura.

Compreende-se como parte da “limpeza urbana”, que ocorre um maior efetivo de guardas municipais e fiscais do Choque de Ordem para conter os trabalhadores informais nesse período de megaeventos, e se constatou que através desse maior efetivo, os trabalhadores acabam sofrendo mais represálias conforme foi investigado nas entrevistas.

O presente trabalho buscou como um dos objetivos provocar uma reflexão sobre como está sendo desenvolvida a atuação da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), por meio da política de Choque de Ordem. O que foi possível concluir após a aplicação e analisadas as entrevistas, é que essa é uma política frágil, sem consistência: as ações desenvolvidas a partir dela

tendem a práticas repressivas, e isto implica, contribui para o aumento dos conflitos entre trabalhadores e poder público.

Assim podemos perceber durante a pesquisa a relevância da metodologia como instrumento adotado que alia ao aspecto quantitativo o aspecto qualitativo, dando importância à fala dos sujeitos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Por meio da aplicação do roteiro de entrevista notou-se que a maioria dos trabalhadores se manifestou insatisfeita com essa política, pois os mesmos são desrespeitados quando abordados por agentes da GM-Rio e fiscais do Choque de Ordem diariamente. Entende-se que este controle urbano desrespeita o direito de cidadania destes profissionais, agindo assim como estratégias necessárias para a “manutenção da ordem pública” sem considerar o trabalhador em sua condição de cidadão.

Este trabalho visa contribuir para o debate sobre uma melhor formação dos agentes da Guarda Municipal e dos fiscais do Choque de Ordem, tendo em vista futuras mudanças para as ações de controle urbano e a forma de lidar com os trabalhadores informais em geral.

É preciso que haja um ordenamento público de fato, porém a tendência do Choque de Ordem é de ter uma postura repressiva e violenta junto aos trabalhadores informais de Copacabana, estes que já vivem numa situação de vulnerabilidade social ainda são submetidos a tais intervenções por parte da prefeitura do Rio. Isso acaba implicando numa política pública com práticas ilegítimas. O próprio poder público fere a lei que deve fazer cumprir.

Para tanto é necessário que haja uma reciclagem dos agentes dessas instituições, na maneira de agir, falar e principalmente na abordagem dos trabalhadores informais. O que significa mudança de valores tanto por parte

dos agentes da GM-Rio quanto da política de Choque de Ordem, para que no futuro ambos possam trabalhar a partir de outros parâmetros, não só em Copacabana, mas em todo território da cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

RUDIO, Franz Vitor. Introdução ao projeto de pesquisa científica **In:** Franz Vitor Rudio. 41 .ed. – Petrópoles, RJ: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* **In:** Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 32. Ed. – Petrópoles, RJ: Vozes, 2012.

TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL. percursos e dilemas **In:** Elaine Rossetti Bering, Maria Helena Tenório de Almeida, (orgs). – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Serviço Social, 2008.

SERVIÇO E INFORMALIDADE. o comércio ambulante no Rio de Janeiro **In:** Hildete Pereira de Melo, Jorge Luiz Teles. – Rio de Janeiro: PEA, 2000. Política Social no Capitalismo Tardio / Elaine Rossetti Behring. – São Paulo Cortez, 1998.

KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lênin (orgs). Direitos Conflitos e Segurança pública: Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada, **In:** (orgs.). V. 1, fevereiro de 2009. Rio de Janeiro: Garamound, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.* Esboço de uma interpretação histórico-metodológica/*Marilda Villela olamamoto, Raul de Carvalho.* –29. Ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

ARAÚJO, Antônio Azeredo. Direito na Calçada: Reflexões Sobre Relações Jurídicas Correlatas à Calçada. (Brasil: 1940-2012). Campos dos Goitacazes – RJ, 2012. Disponível em: 05 de jun. 2014.

HEMEROGRAFIA

Antunes, Ricardo. **Os modos de ser**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Ser. Soc. Soc. No. 107 São Paulo Jul/Set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002. Acesso em: 20 de dez. 2014.

Jakobsen, K.; Martins, R.; Singer. P.D.O. **Mapa do Trabalho Informal**: Perfil Sócio Econômico. Mapa do Trabalho Informal: Perfil Sócioeconômicos dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo. Fundação Perseu Abramo Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores Maio de 1996, p 521 Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/mapa_do_trabalho_informal.pdf. Acesso em: 21 set. 2014.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio)**: Legislação Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio>. Acesso em: 2 mai. 2014.

Nacif, L.C.; Cardoso, C.D.; Ribeiro, M.B. **XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR** 2 maio de 2011, Rio de Janeiro – RJ, p 5 – 18. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3098/3032>. Acesso em: 11 de julh. 2014.

Secretaria Municipal de Ordem Pública – **SEOP**. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/seop>. Acesso em: 18 de julh. 2014

FREITAS, Claudia. Jornal do Brasil. "**Choque de ordem**" no Rio: **especialista compara ação com uma "higienização"**. 24 de Mai. 2014. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/05/24/choque-de-ordem-no-rio-especialista-compara-acao-com-uma-higienizacao/>. Acesso em: 30 de jul. 2014.

VILELA, Maria dos Anjos Lopes. Fetichismo da infância e do trabalho nos mapas do trabalho infantil / **Maria dos Anjos Lopes Viella.** – Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90891>.

PEREIRA, C. Muniz da Costa. **Operação Choque de Ordem: Gestão Urbana ou repressão? Perspectiva Sociológica, edições nº 6,7.** Rio de Janeiro, **jun./jul.,2011.** Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/blog/perspectivasociologica/edicoes-anteriores/jan-jul-2011-no-6-e-7/operacao-choque-de-ordem-gestao-urbana-ou-repressao/>. Acesso em: 07 de jun. 2014.

COSTA, Maria da Silva. Caderno CRH: Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Cad. CRH vol.23 no.58 Salvador Abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792010000100011&script=sci_arttext. Acesso em 19 dez. 2014.

NETTO, José Paulo. Serviço Social e Sociedade: **Crise do capital e consequências societárias.** no.111 São Paulo July/Sept. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282012000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 19 de ago. 2014.

BERNARDES, Lyvia Seabra. **O trabalho informal nas ruas do Rio de Janeiro como meio de sobrevivência.** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p 48- 49. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformac

oes-do-mundo-do-trabalho/o-trabalho-informal-nas-ruas-do-rio-de-janeiro-como-meio-de.pdf. Acesso em: 20 de set. 2014.

Rio+20, **Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Sobre a Rio+20, 2012. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 29 mai. 2014.

ITIKAWA, L. Vulnerabilidades do trabalho informal de rua: violência, corrupção e clientelismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 136-147, jan./mar. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_10.pdf. Acesso em: 29 de mar. 2014.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in) visíveis da produção capitalista: **informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/dav_idmorenomontenegro.pdf. Acessado em: 27 de mai. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **A desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais**. Evocati Revista n. 19, jul. 2007. Disponível em: http://www.evocati.com.br/evocati/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=134&tmp_secao=18&tmp_topico=direitotrabalho&wi.redirect=CDK2WHVNXKM4A9TFUNCP. Acesso em: 26 de mai. 2014.

LAIGNIER, Pablo; FORTES, Rafael. **A criminalização da pobreza sob o signo do “Choque de Ordem”**: uma análise dos primeiros cem dias do governo Eduardo Paes a partir das capas de O Globo: Comunicação e Sociedade. In XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, set. 2009. [file:///C:/Users/Juliana%20e%20Junior/Downloads/1458-4259-4-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Juliana%20e%20Junior/Downloads/1458-4259-4-PB%20(2).pdf). Acesso em: 10 de jun. 2014.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Prefeitura e CEF firmam acordo de cooperação habitacional para GM-Rio.**

<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4673000>. Acesso em: 25 de ago. 2014.

SABADINI, Mauricio de Souza; NAKATANI Paulo. **Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil: revista Venezolana de analisis de coyuntura**, 2002, Vol. IIV, n. 2, jun. 2002.

http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_sociais/11_CORREA_LOPES.pdf. Acesso em: 21 de ago. 2014.

TAUIL, Roberto. **O Poder de Polícia e a Fiscalização Municipal**: agosto de 2006. Disponível em: <http://www.consultormunicipal.adv.br/novo/admmun/0030.pdf>. Acesso em: 21 de set. 2014.

Conselho Federal de Serviço Social O trabalho do/a Assistente Social no Suas: **seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta**. – Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf). Acesso em 13 de out. 2014.

TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho Informal**: Os Fios Invisíveis da Produção Capitalista. REVISTA OUTUBRO, N. 7, 2002. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_06.pdf. Acesso em: 17 dez. de 2014.

Presidência da República: **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Disponível em: 23 de nov. 2014.

Salmos 93 – BIBLIA Online. **1 Coríntios 13**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/1coe/13>. Acessado em: 8 de dez. 2014.

Intercom – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: http://geografias.net.br/papers/17_Rafael_Pablo.pdf. Acesso em: 22 de nov. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **Síntese de Indicadores Sociais – Comunicação Social**, 4 de abril de 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm#sub_pesquisas. Acessado em: 30 de nov. 2014.

RODRIGO CASTELO BRANCO. **A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. Rio de Janeiro junho de 2006. p 140. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/historia/dissertacao/rodrigo_castelo.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2014.

BIBLIO 3W REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFIA Y CIENCIAS SOCIALES. **Universidad de Barcelona ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21-742-98. Serie Documental de Geo Critica. Vol. XV, nº 895 (18)**, 5 de noviembre de 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-18.htm>. Acesso em: 12 de out. 2014.

Portal Brasil, Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso em: 16 out. 2014.

BARBOSA, Nair de Carvalho. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO: **trabalho informal e políticas públicas para**

gerações de renda. Mai/jun. 2007. Acesso em: [file:///C:/Users/Juliana%20e%20Junior/Downloads/sbs2007_gt21_rosangela_barbosa%20\(2\).PDF](file:///C:/Users/Juliana%20e%20Junior/Downloads/sbs2007_gt21_rosangela_barbosa%20(2).PDF) 27 de set. 2014.

SOARES, Luiz Eduardo. **Novas Políticas de segurança Pública: alguns exemplos recentes.** Maio de 2002. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/4096/novas-politicas-de-seguranca-publica-alguns-exemplos-recentes>. Acesso em: 2 set. 2014.

DOSSIÊ TEMÁTICO. Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago. 2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-Angela-Marly.pdf. Acesso em: 01 nov. 2014.

Sachs, Ignacy. **Trabalho Informal. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas.** Estud. Av. vol.18 no São Paulo Mai/ago. 2004 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 17 dez. 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Promovendo o trabalho decente. OIT: emprego informal em micro e pequenas empresas na América Latina chega a 60%,** 11 de nov. 2014. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-emprego-informal-em-micro-e-pequenas-empresas-na-america-latina-chega-60>. Acesso em: 18 de dez. 2014.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Qual sexo? M()ou F()
- 3- Qual seu grau de instrução?
- 4- Onde mora?
- 5- Qual composição familiar?
- 6- Quanto tempo trabalha em Copacabana?
- 7- Porque trabalha como camelô?
- 8- Qual última ocupação com vínculo trabalhista (carteira assinada)?
- 9- Quanto você recebe atualmente (renda)?
- 10- Você já trabalhou em outros eventos em Copacabana, qual? Sentiu se há alguma diferença nos períodos sem eventos em relação a política de Choque de Ordem?
- 11- Qual sua origem (Estado)?
- 12- Pensa em deixar de ser camelô?
- 13- Se você pudesse sugerir algo para mudar a política de segurança pública (Choque de Ordem), o que você sugeriria?
- 14- Sabe dizer se essa política é só do governo Eduardo Paes ou já vivenciou experiências em outros governos?
- 15- Já vivenciou experiência em outro bairro em relação ao Choque de Ordem, e se a atuação é mais forte?
- 16- Você já contribuiu pra previdência social?
- 17- Com qual mercadoria trabalha atualmente?
- 18- Com qual mercadoria trabalhava?
- 19- Você se considera em qual categoria de trabalhador?
- 20- Você conhece as Leis do código de postura do Município do Rio de Janeiro? Já ouviu falar?

AUTORIZAÇÃO

JOSÉ RIBAMAR SÁ DA SILVA JUNIOR, DRE 109150992, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso com a orientação geral da professora Ilma Rezende. Rio de Janeiro, 11/dezembro/2014.

JOSÉ RIBAMAR SÁ DA SILVA JUNIOR